

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO PRÁTICAS CLÍNICAS CONTEMPORÂNEAS,
POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE MENTAL

Sheryl Andreatta da Costa

ENTRE GRITOS E SILÊNCIOS:
MULHERES, SUBJETIVIDADE E RESISTÊNCIA

Santa Cruz do Sul

2021

Sheryl Andreatta da Costa

**ENTRE GRITOS E SILÊNCIOS:
MULHERES, SUBJETIVIDADE E RESISTÊNCIA**

Trabalho final de curso de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, na Linha de Pesquisa Práticas Clínicas Contemporâneas, Políticas Públicas e Saúde Mental, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial da obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Betina Hillesheim.

Santa Cruz do Sul

2021

Sheryl Andreatta da Costa

**ENTRE GRITOS E SILÊNCIOS:
MULHERES, SUBJETIVIDADE E RESISTÊNCIA**

Trabalho final de curso de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, na Linha de Pesquisa Práticas Clínicas Contemporâneas, Políticas Públicas e Saúde Mental, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial da obtenção do título de mestre.

Aprovado em ___ de _____ de 2021.

Dr.ª Betina Hillesheim

Professora Orientadora - Universidade de Santa Cruz do Sul

Dr.ª Lilian Rodrigues da Cruz

Professora Examinadora - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr.ª Letícia Lorenzoni Lasta

Professora Examinadora - Universidade de Santa Cruz do Sul

Santa Cruz do Sul

2021

*Às mulheres
que me ensinaram a escutar, questionar e resistir.*

AGRADECIMENTOS

Esse desafio intenso e transformador que foi o mestrado só se fez possível pela potência dos encontros e das trocas.

Agradeço à minha orientadora professora Betina, por me apresentar à pesquisa e de forma afetiva impulsionar novas e incessantes descobertas.

Agradeço aos professores e colegas do PPGPSI – Unisc, parcerias que se construíram junto aos desafios e aprendizados da primeira turma de mestrado.

Agradeço ao grupo de pesquisa “Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos”, pelas trocas em cada encontro, refúgio teórico nos tempos solitários de pandemia.

Agradeço ao Centro de Referência em Assistência Social – CRAS Beatriz Jungblut e Centro Social Marista Boa Esperança pelas portas abertas.

Agradeço, em especial, às mulheres que participaram das entrevistas, que compartilharam suas histórias e fizeram vibrar esta pesquisa com a força das suas vozes.

Agradeço à minha mãe Denise e ao meu irmão Bryan por serem porto seguro e amor, sempre.

Agradeço ao meu esposo Carlos pela parceria, afeto e compreensão.

Agradeço ao meu filho Vicente, luz que me move para ir além.

RESUMO

Este trabalho final tem por objetivo escutar as vozes de mulheres em situação de vulnerabilidade social, em contextos marcados pela violência e desigualdades, na tentativa de compreender como se configuram seus modos de subjetivação e como se constroem modos de existência e resistência frente às questões socioeconômicas, de gênero e de raça. Para tanto, utilizou-se a cartografia como método e a entrevista individual e o diário de campo enquanto dispositivos de produção de dados. Para acompanhar as narrativas e os campos de força que as compõem dialogou-se com os estudos foucaultianos, a fim de pensar a produção de determinados modos de ser mulher a partir das relações de poder e, para ampliar o pensar sobre gênero e interseccionalidade, autoras feministas negras e autoras feministas pós-estruturalistas contribuem para a construção teórica. Por fim, a partir da análise dos dados emergiram dois marcadores de análise: a violência que, atrelada à condição de vulnerabilidade, é fio condutor para compreender os modos de subjetivação e a resistência das mulheres, bem como as políticas públicas de assistência social e as práticas psicológicas na escuta e amparo a estes sujeitos.

Palavras-chave: Modos de subjetivação. Gênero. Vulnerabilidade. Interseccionalidade. Violência.

ABSTRACT

The following dissertation aims to understand the the subjectivation of women who are socially vulnerable, especially in contexts of violence and inequality. It is an attempt to comprehend the coming of existence and resistance of these women, in the face of socioeconomic issues, and also of gender and race. This study relied on the cartography method. In addition to the methodology, individual interviews and field diaries were used as instruments for collecting data. In order to comprehend the narratives and the conflicting power forces at play this study conversed with Foucault's studies insomuch to think about the production of certain ways of being a woman based on power relations. This dialogue broaden the thinking about gender and intersectionality, where as black feminists authors and poststructuralist feminist thinkers contribute to the theoretical construction of this discussion. Finally, from the data analysis, two analytic markers emerged: violence, which, linked to the condition of vulnerability, is the guiding principle in order to understand the ways of subjectivation and resistance of women, as well as public social assistance policies and psychological practices in listening and supporting these subjects.

Keywords: Ways of subjectivation. Gender. Vulnerability. Intersectionality. Violence.

SUMÁRIO

(RE)APRENDENDO A ESCUTAR	9
1 ENTRE RUÍDOS: OS SONS DA PESQUISA-INTERVENÇÃO	15
2 VOZES-MULHERES	21
2.1 De quem são as vozes?.....	22
2.1.1 Os gritos.....	32
2.1.2 Os silêncios.....	38
2.1.3 O barulho na mídia	42
2.2 Quem escuta?	44
2.2.1 Políticas públicas de assistência social e práticas psicológicas.....	47
2.3 Resistências.....	56
3 DESCRIÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO.....	62
3.1 Base de dados Técnico-Científica	62
5 FAZENDO ECO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	65
REFERÊNCIAS.....	69
ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	76
ANEXO B - Registro encontro de Devolução.....	78

“Porque há direito ao grito.

Então eu grito.

Grito puro e sem pedir esmola. Sei que há moças que vendem o corpo, única posse real, em troca de um bom jantar em vez de um sanduiche de mortadela. Mas a pessoa de quem falarei mal tem corpo para vender, ninguém a quer, ela é virgem e inócua, não faz falta a ninguém.

Aliás – descubro eu agora – também eu não faço a menor falta, e até o que escrevo um outro escreveria. Um outro escritor, sim, mas teria que ser homem porque escritora mulher pode lacrimejar piegas.”

(LISPECTOR, 1985, p. 23)

(RE)APRENDENDO A ESCUTAR

Se fizesse a mim mesma a pergunta disparadora que fiz às mulheres desta pesquisa - como é a tua experiência de ser mulher? -, responderia: minha experiência de ser mulher é feita de outras tantas mulheres. Criança aprendi a me fazer entre, me incluía no movimento das falas das mulheres da minha família, entendia ali sobre a potência da voz, a força dos questionamentos, o acomodar dos afetos. E não saía do lugar de escuta-aprendizado se não sob muitos protestos, quando a pouca idade para certos temas me fazia ser percebida. Hoje, adulta, renovo meu desejo de escutar e reencontro tantas vezes aquela menina curiosa, atenta às falas, querendo descobrir a vida pelas histórias que ouve, aprendendo sobre si. Questionando o mundo nos movimentos da cartografia.

Uma cartografia sobre mulheres, sobre suas existências, potências e possibilidades. Sobre seus modos de ser, existir e resistir em meio a um contexto de vulnerabilidade e sob o pano de fundo das políticas públicas de assistência social. Este percurso de escuta, que se desenha em mim muito antes da formação em Psicologia, trata-se, principalmente, de atravessar as ondas sonoras das existências femininas, tantas vezes silenciadas, visando a uma ação política, que se preocupe em ir além da investigação sobre os modos de ser.

A pesquisadora que se constrói neste processo busca na própria noção de vulnerabilidade¹ o potencial instrumento para a construção ativa de si, e para que possa criar entre as lacunas que foram sendo abertas ao longo da vida profissional no que diz respeito aos arranjos sociais e aos modos de subjetivação dos sujeitos. Fez-se necessário desacomodar um entendimento de mundo marcado pelas normativas das práticas psicológicas, para buscar a produção de uma escuta que se faça não reguladora das subjetividades, de forma a questionar os discursos psicológicos hegemônicos.

Foucault (2002, p. 227) refere que “toda psicologia é uma pedagogia, toda decifração é uma terapêutica, não se pode saber sem transformar”, e é a partir do pensamento do autor que se caminha para esse transformar, como apontam Huning e Guareschi (2005, p. 99):

As teorizações foucaultianas não nos oferecem uma resposta acabada sobre um outro modo de fazer psicologia, elas nos possibilitam reposicionar questões relativas às suas práticas, lançar um outro olhar, pensar outros caminhos, o que, como efeito, transforma o próprio fazer. Esse entendimento recusa a separação entre o

¹ Vulnerabilidade entendida aqui como aponta Butler em *Corpos em Aliança e a Política das Ruas* (2018, p. 166), “uma função de abertura, ou seja, estar aberto a um mundo que não é completamente conhecido ou previsível”.

pensar/fazer, teoria/prática e nos indica o potencial produtivo que essas análises encerram.

O desafio se faz ainda mais significativo enquanto psicóloga-pesquisadora, ao pensar a pesquisa-intervenção que pautar sua ação partindo do ponto de vista do movimento, em um fazer que se alie à produção de uma vida digna de ser vivida. Esta pesquisa-intervenção que produz uma pesquisadora em transformação, alterando rotas na sua busca teórica, acessando caminhos novos no pensar e reconhecendo sua ação política, enquanto aprende que acompanhar os sujeitos em um processo que é dinâmico e contínuo, é colocar a si mesma em questionamento e reconstrução. Uma pesquisadora que também é mulher e acessa suas próprias vulnerabilidades, sua história e a história das mulheres em sua vida, próximas e distantes das que se propõe a acompanhar. Mantenho, nesta busca, as faíscas de otimismo que me acompanham em toda trajetória até aqui, no desejo de conhecer o humano no mundo, sua inventividade, sua potência transformadora, e descubro ao longo do percurso teórico que este otimismo tem um nome: resistência.

A própria noção de vulnerabilidade atrelada à existência das mulheres pode sugerir a produção de sujeitos fragilizados, entendidos como objeto de intervenção de uma política que os classifica como frágeis e, por vezes, incapazes de produzir modos de ser alinhados com práticas que vislumbrem a liberdade. Assim, na discussão que aqui se propõe pretende-se ampliar o entendimento das violências que se apresentam nas vidas destas mulheres nas dimensões socioeconômica, racial e de gênero, buscando reconhecer os modos que se subjetivam mulheres em situação de vulnerabilidade social e de que maneira elas podem resistir às diversas violências que incidem sobre seus corpos.

Judith Butler corrobora com esta busca lembrando que o corpo não é “uma mera superfície na qual são inscritos significados sociais, mas sim o que sofre, usufrui e responde à exterioridade do mundo, uma exterioridade que define sua disposição, sua passividade e atividade” (BUTLER, 2015, p. 58). Ainda sobre o corpo, a autora aponta:

O que limita quem eu sou é o limite do corpo, mas o limite do corpo não pertence a mim. A sobrevivência depende menos do limite estabelecido para o self do que a sociabilidade constitutiva do corpo. Mas ainda que o corpo, considerado social tanto em sua superfície quanto em sua profundidade, seja a condição de sobrevivência, é isso também que, em certas condições sociais, põe em perigo nossa vida e a nossa capacidade de sobrevivência (BUTLER, 2015. p. 87).

Desta forma, os discursos que impõem aos corpos das mulheres um lugar da passividade e dos quais se esperam atitudes controladas, delicadas e submissas, normatizam

construções sociais que reforçam e estruturam, mediante relações de poder, as posições desiguais entre homens e mulheres e são essas marcas históricas dos discursos que invadem os corpos femininos, não apenas em sua materialidade, mas também na constituição de sua subjetividade, silenciando suas vozes e marcando de forma violenta suas existências.

Há de se considerar nesse contexto, conforme aponta Ribeiro (2017), que ao se falar em mulheres vulnerabilizadas e expostas à violência, deve-se sinalizar de que mulheres se fala, uma vez que mulheres não podem ser vistas como uma categoria unitária, já que possuem diferentes pontos de partida e intersecção. Ao universalizar essa categoria, segundo a autora, se assume o risco de manter na invisibilidade aquelas mulheres que combinam ou entrecruzam opressões. Para Crenshaw (2002), a perspectiva da interseccionalidade nos auxilia a pensar como se entrecruzam os eixos de opressão que produzem consequências estruturais e dinâmicas entre os vários eixos de subordinação, entendendo especificamente a forma pela qual o racismo, as relações de gênero e classe criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres. Esse entrecruzamento é entendido como analisador que nos permite problematizar as vulnerabilidades a que estão expostas as mulheres, ao mesmo tempo que se acolhem as singularidades da vida, de maneira que não podemos falar sobre violência de gênero sem levar em consideração que mulheres negras precisam enfrentar um entrecruzamento de mais de um tipo de opressão.

Nessa perspectiva, o conceito de vulnerabilidade que orienta este trabalho nos permite compreender que o ser humano vulnerável é aquele que, a partir de desvantagens em sua mobilidade social, não necessariamente sofrerá danos, mas está a eles mais suscetível, não alcançando patamares elevados de qualidade de vida em sociedade em função de sua cidadania fragilizada e da vivência em contextos de desigualdade social (CARMO; GUIZARDI, 2018). Entender a vulnerabilidade como a fragilidade no exercício da cidadania é reconhecer que ela ultrapassa os critérios individualizantes, mas remete às práticas discursivas que indicam modos de vidas em sociedade.

Na medida em que se entende que aquilo que caracteriza uma população considerada vulnerável é construído pelos discursos, se reconhece que esses discursos constroem modos de ver, de sentir, de pensar e viver tais existências ditas vulneráveis. Porém, mais do que existências reguladas, uniformizadas ou dominadas, há sempre caminho para a resistência, mediante pequenas lutas e enfrentamentos. Pensar o conceito de resistência, assim como proposto por Foucault, está no cerne das possíveis saídas para os mecanismos de controle instituídos. Foucault (1995) indica que é por meio das práticas de resistência que será possível

elucidar as relações de poder, sendo necessário pontuar que não existem relações de poder sem resistência.

Ao acessar este plano de forças enquanto pesquisadora, me aproximo do campo como estrangeira², diante de territórios que desconheço, e em um momento em que vivemos a experiência do desconhecido, do viver sob ameaça invisível e paralisadora de uma pandemia mundial. Vulneráveis. E eu tantas vezes me perco neste caminho.

Andava olhando os edifícios sob a chuva, de novo impessoal e onisciente, cego na cidade cega; mas um bicho conhece sua floresta; e mesmo que se perca – perder-se também é caminho (LISPECTOR, 1998a, p. 182).

Entre encontrar-se e perder-se, a processualidade que está presente nos movimentos remete à forma ativa da produção de dados e fortalece o caráter de construção da atividade cartográfica. Atividade que estimula a pensar aproximação, contato e intervenção. Recorro ao que propõe Deleuze em *Conversações* (1992), uma lógica do movimento. Assim, não se trata de buscar uma suposta origem, mas o que se passa entre, instalar-se em suas ondas, acompanhando seus processos de vir a ser e procurando estabelecer com elas uma relação de não dominação.

Ao compor a primeira turma de um mestrado profissional, que prevê a realização de uma pesquisa e intervenção, reforço o entendimento presente neste trabalho e na criação do produto técnico de que os modos de pesquisar e intervir estão ligados, uma vez que, como sinalizam Barros e Passos (2000), a pesquisa-intervenção assume o caráter sempre intervencionista do conhecimento, pois em qualquer de seus momentos todo conhecer é um fazer. Pesquisar-intervir não diz, portanto, de descobrir algo finalizado, mas se colocar entre forças onde se encontram as condições para produzir e transformar.

Pesquisar-intervir, nessa perspectiva, coloca-se a serviço de um projeto político de interferir nos arranjos de forças que produzem modos de existência em um movimento cujo conhecimento produzido, afirma-se como invenção, como criação, como resistência. Criar é resistir, em última instância. Pesquisar-intervir é pesquisar-criar já que no momento mesmo do fazer pesquisa se ativa um sistema de inteligibilidade no encontro entre pesquisador e objeto-pesquisado e não do pesquisador sobre o objeto (AMADOR; LAZZAROTTO; SANTOS, 2015, p. 243).

Assim, essa pesquisa-intervenção, inspirada na cartografia, tal como proposta por Deleuze e Guattari (1995), buscou antes de tudo, estar com sujeitos em seus movimentos de individuação, e reconhecer as forças e resistências que distanciam da estigmatização do

² A palavra estrangeira é entendida aqui em seu sentido figurado, indicando um não pertencimento a uma região, classe ou meio; forasteira.

conceito de vulnerabilidade, mas, ao mesmo tempo, fazer eco para permitir visíveis as suas dores e suas histórias.

As histórias das mulheres. As mulheres e sua construção histórica, seus atravessamentos, sua liberdade de resistir. As mulheres e suas subjetividades e todas essas definições que demarcam o feminino em termos de público e privado. Se fazer *entre* em uma história de mulheres é reconhecer as forças que normatizam seus corpos, sua sexualidade e seu modos de viver, e suas formas de existir e resistir neste apanhado de forças. Se fazer *entre*, assim como nos apontam Deleuze e Parnet (1998), é acessar as multiplicidades, o meio, um espaço que não direciona o movimento de uma coisa até a outra, mas que transversaliza, em fluxo com os processos de vir a ser.

Para aprofundar tais discussões e escutar essas histórias, este trabalho está dividido em cinco capítulos. Início com capítulo intitulado “*Entre ruídos: os sons da pesquisa-intervenção*”, em que sinalizo os caminhos teórico-metodológicos traçados na composição desta pesquisa. Além disso, relato as mudanças que aconteceram desde a construção do projeto considerando a pandemia da Covid-19 e seu impacto.

No segundo capítulo, chamado “*Vozes Mulheres*”, apresento quem são as mulheres ouvidas na pesquisa, considerando reflexões sobre gênero, raça e classe e os modos de subjetivação que se constroem a partir do marcador de violência que atravessa suas existências. Discute-se ainda a solidão feminina e a rede de apoio que se fazem possíveis nas relações e/ou instituições, questionando as posições e possibilidades da psicologia e das políticas públicas de assistência social na atenção às mulheres.

No terceiro capítulo, apresento o produto técnico construído ao longo da pesquisa intervenção, como meio de informação da realidade das mulheres da cidade de Santa Cruz do Sul, a partir de um banco de dados sobre violência, instrumento que faz visíveis as mulheres e pode orientar as ações das equipes da assistência social.

No quarto capítulo, está o artigo encaminhado à revista científica conforme regimento do Programa de Mestrado Profissional em Psicologia. Diante dos entraves no contexto de pandemia e o atraso imposto no contato com os sujeitos de pesquisa, o artigo foi escrito com base nos contos do livro “*Insubmissas Lágrimas de Mulheres*” (2016), obra da autora Conceição Evaristo, no qual experiências reais ficcionalizadas evidenciam modos de ser das personagens-mulheres diante das condições de vulnerabilidade e exposição à violência, ao mesmo tempo que tecem caminhos de resistência, alinhando a discussão ao objetivo de pesquisa e às bases teóricas como apresentadas neste trabalho final. O artigo teve seu aceite

para publicação confirmado no dia 09 de agosto de 2021 na revista Estudos e Pesquisas em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Para finalizar, o quinto capítulo, intitulado “*Fazendo eco: algumas considerações*”, no qual busco sinalizar caminhos de escuta para mulheres no enfrentamento das violências, fazendo escutar seus modos de ser e resistir.

1 ENTRE RUÍDOS: OS SONS DA PESQUISA-INTERVENÇÃO

Ouçó muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também.

(EVARISTO, 2016)

Viver experiências transformadoras. Esse foi o desejo que me trouxe ao mestrado e à pesquisa. E, como lembram Deleuze e Parnet (1998, p. 62), “não há eclosão de desejo [...], que não coloque em xeque as estruturas estabelecidas. O desejo é revolucionário, porque sempre quer mais conexões, mais agenciamentos”. Posiciono-me para viver esse desejo como cartógrafa aprendiz, não apenas diante de autores e teorias, mas também no encontro com outros sons, outros corpos, diante de realidades, territórios e saberes em movimento, e me permitindo sentir, afetar, mover. Viver esta processualidade existente na produção de dados, atividade que como prática de intervenção exige um mergulho na experiência, já é habitar um plano em que “os atos do cartógrafo, sendo também coletivo de forças, participam e intervêm nas mudanças e, principalmente, nas derivas transformadoras que aí se dão” (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2010, p. 92).

E é esta posição do pesquisador na cartografia, a disposição de se deslocar do lugar de especialista e incluir-se na análise dos jogos de saber-poder que compõem o campo e a realidade observada, que demarcam o caráter interventivo da pesquisa. Como definem Rocha e Aguiar (2003), entre os aspectos centrais que orientam o desenvolvimento da pesquisa-intervenção estão:

Mudança de parâmetros de investigação no que tange à neutralidade e à objetividade do pesquisador, acentuando-se o vínculo entre gênese teórica e social, assim como a produção concomitante do sujeito e do objeto, questionamento dos especialismos instituídos, ampliando as análises do nível psicológico ao microssocial – deslocamento o estratégico do lugar que historicamente foi destinado ao psicólogo, ênfase na análise da implicação, acentuando-se que, para além dos vínculos afetivos, profissionais ou políticos, a análise se realiza com as instituições que atravessam o processo de formação (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 71).

O movimento de pesquisa-intervenção me aproxima das questões relativas à diferença, faz com que seja preciso questionar minhas referências de feminino e de vulnerabilidade. O que eu entendo sobre mulheres em vulnerabilidade? Como me coloco neste contato, psicóloga, pesquisadora, branca, heterossexual e de classe média? Consigo não replicar discursos de fragilidade e de passividade, consigo não ser convocada a tutelar essas

existências utilizando do saber científico? Analisar os lugares que ocupo no mundo e como me utilizo destes lugares, em quais posições e com quais alianças, é analisar estas implicações de maneira indissociável da proposta da pesquisa-intervenção, já que é impossível para o pesquisador esconder-se atrás das posições científicas e imparciais, tendo que assumir sua posição no mundo. Se o próprio movimento de conhecer altera o objeto a ser conhecido, e também altera a nós mesmos, não se pode manter uma postura indiferente (BOCCO, 2006).

As mulheres, vozes desta pesquisa, trazem a vida na fala. Narram memórias de si, das suas relações, das dores e das mudanças. Narram suas histórias e dão o tom da vida que se faz possível, da experiência de ser mulher que produz um modo de ser e estar no mundo. Para viver esse contato, parto das seguintes questões norteadoras: Como se configuram os modos de subjetivação de mulheres em situação de vulnerabilidade social? Como mulheres, em situação de vulnerabilidade social, constroem modos de existência e resistência frente às questões socioeconômicas, de gênero e/ou raça?

Ainda que construídos em um tempo anterior à pandemia da Covid-19, estes questionamentos foram se tornando ainda mais potentes diante da crise, afinal, se desde a construção do projeto de pesquisa eu já não sou mais a mesma, o mundo também não é. Se, naquele momento, o desafio era o novo caminho teórico, pessoal e profissional, março de 2020 interpela esse planejamento com algo completamente fora de rota. A pandemia afastou o campo e os sujeitos da pesquisa, mas expôs muito dos conflitos e vulnerabilidades que me propus olhar. Entre idas e vindas deste processo, percorrendo caminhos diferentes do que havia sido pensado, fui encontrando pistas em um caminhar resistente e cercado de mulheres, que só se fez possível alinhado à cartografia.

A cartografia, na perspectiva de Deleuze e Guattari (1995), fez real essa travessia ao se propor acompanhar processos inventivos de existência e produção de subjetividades, já que na perspectiva apresentada pelos autores, distancia-se da ideia de um objeto ou verdade a ser revelada e funciona segundo o princípio do rizoma: possui múltiplas entradas e múltiplas saídas e se dá por conexões em redes. Entre a rede de forças marcada pela pandemia, pelo movimento do território e dos contatos, este trabalho final apresenta o desenhar da rede de forças na qual os sujeitos da pesquisa se encontram conectados, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. E esse movimentar permanente que permite a realização do pesquisar-intervir com todos os atravessamentos atuais (BARROS; KASTRUP, 2010).

Na busca por acompanhar processos de produção de subjetividade, o método cartográfico requer dispositivos. Barros e Kastrup (2010) sinalizam que o que caracteriza um

dispositivo é a sua capacidade de romper com o que está bloqueado para a criação, ele tensiona, movimenta, provoca outros agenciamentos, sendo feito de conexões e produzindo outras. Na direção da metodologia escolhida, alguns dispositivos foram sendo operacionalizados de maneira a colocar em movimento e análise os dados produzidos. Um deles foi a entrevista individual, que diferente dos moldes tradicionais, a entrevista como instrumento da cartografia não visa a objetos fixos, não coleta informação de um mundo pré-existente. Seguindo outra direção, ela se dá de maneira a privilegiar a experiência construída nas falas, priorizando a experiência da entrevista em detrimento da entrevista sobre uma experiência, de modo que o conteúdo não se separe da expressão e que o encontro promova uma abertura ao plano coletivo de forças e sua potência criativa. Assim como apontam Tedesco, Sade e Caliman (2013, p. 317):

O manejo cartográfico visa, portanto, por meio do redirecionamento ininterrupto das falas, de relances, perguntas e comentários, alimentar e privilegiar a vivacidade da linguagem. A entrevista deve intervir na abertura ao caráter intensivo da experiência do processo do dizer em curso, resistindo aos discursos unificadores e totalizantes. Ao fazer uso de entrevistas, interessa à cartografia promover o acesso ao plano coletivo de forças e sua indeterminação, a pluralidade de vozes na experiência compartilhada do dizer.

Neste sentido, a escuta foi potencializando o encontro, permitindo que a experiência do falar, ouvir, conversar, fosse abrindo espaço para novas construções. A experiência presente no dizer foi possibilitando o contato das participantes com a sua história, com as dores vivas no presente da fala, com as potências descobertas, de modo que não houve encontro que não fizesse visível o movimento dos tons da voz, do choro, dos questionamentos, do riso, do silêncio.

Participaram das entrevistas dez mulheres, residentes do Bairro Santa Vitória na região sul da cidade de Santa Cruz do Sul. Sendo este um bairro de periferia, em uma cidade de médio porte com uma forte colonização germânica, a escolha por estar com mulheres deste território se deu por serem consideradas, a partir das Políticas Públicas de Assistência Social, em vulnerabilidade e risco social. Tratam-se de mulheres com idades entre 25 e 53 anos, brancas, negras e pardas, todas mães, grau de escolaridade situado no nível fundamental, grande parte posicionadas como únicas provedoras ou chefes de família. São assistidas pelo Centro de Referência em Assistência Social - CRAS Beatriz Jungblut ou ainda parte de famílias vinculadas ao Centro Social Marista Boa Esperança que, articulado ao CRAS, se coloca como um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes do bairro.

Os encontros foram agendados previamente e os áudios das entrevistas foram gravados respeitando o anonimato previsto no Termo de Consentimento que foi assinado pelas participantes. A proposta dos encontros foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade de Santa Cruz do Sul (CAAE:27536620.0.0000.5343).

Aproximando as narrativas das mulheres a outras narrativas que possam compor os discursos sobre gênero na atualidade, e ainda as minhas próprias vivências na experiência da pesquisa, o diário de campo se apresenta como um dispositivo que faz acessar a processualidade da cartografia, tornando visível as impressões, afetos, dúvidas e diálogos que não cabem nas gravações de áudio. Os registros no diário de campo “colaboram na produção de dados de uma pesquisa e têm a função de transformar observações e frases captadas no campo em conhecimento e modos de fazer” (BARROS; KASTRUP, 2010, p. 70).

Partindo dos dispositivos propostos e na tentativa de compreender os fenômenos que produzem subjetividades, me aproximo para dialogar com autores que, pensando a produção de subjetividades, falam justamente do movimento e da processualidade para entender a vida. Michel Foucault, Félix Guattari e Gilles Deleuze oferecem um campo conceitual a partir do qual a vida e a subjetividade podem ser pensadas considerando sua composição histórica e variável.

Retomo as ideias de Guattari e Rolnik (1996) para compreender a subjetividade como um processo de produção dos sujeitos no qual múltiplos componentes se apresentam e participam. Esses componentes resultam da apreensão que realizamos, de forma permanente, em uma multiplicidade de elementos atuantes no contexto social. Na dinâmica dos processos de subjetivação, os componentes sociais, como a linguagem, a tecnologia, o trabalho, o capital, a mídia, ganham importância coletiva e são atualizados de maneiras diversas no cotidiano de cada sujeito. Por isso mesmo, cabem modificações e reinvenções em um vir a ser que não termina em si, dando movimento aos fluxos sociais. Para os autores, a existência e a produção de subjetividades é um processo constante de luta, o que implica pensar que qualquer mudança social está diretamente ligada à produção de subjetividades.

Para reconhecer os enfrentamentos diante das formas de violências e do próprio lugar de vulnerabilidade em que se encontram as mulheres desta pesquisa, há de se pensar sobre a necessidade histórica de travar novas lutas em favor da produção da diferença de si e do outro. Tais lutas dizem respeito à necessidade de problematizar a organização social tal qual construímos, bem como sobre outras que podemos vir a construir, uma vez que, conforme evidenciado por Foucault, estamos organizados neste tempo histórico por um Estado que se vale dos mais diferentes dispositivos de controle para manter-se em seu formato já instituído,

contando para isso com toda uma rede de poder-saber organizadora, no entanto, é dentro dessa organização que as resistências se ensaiam. Estamos falando da produção viva de si no encontro com o outro. Essa produção incessante atualiza a potência coletiva para transformar a realidade social (MANSANO, 2009).

São as contribuições de Michel Foucault para a lógica complexa da trama social que permitem conhecer os discursos que se constituem no movimento da vida e das relações entre os sujeitos, produzindo-se a partir de determinados jogos de poder. O conceito de vulnerabilidade tem a possibilidade de contribuir para a compreensão tanto para homogeneização e manutenção da população num lugar de risco, quanto para construir estratégias e resistências que atuem na construção de potência de vida. Para tanto faz-se necessário problematizar a construção de diferentes olhares em relação às situações de vulnerabilidade, que possam contribuir para regulamentação da vida e governamentos do existir (TOROSSIAN; RIVERO, 2009).

Neste sentido, entende-se que os discursos que caracterizam mulheres vulnerabilizadas são construídos, ou seja, devem ser entendidos a partir da construção social e cultural que, ao identificar e categorizar determinados indivíduos, produz esses sujeitos que passam a integrar uma população a ser conduzida, orientada e controlada. Pensar o conceito de resistência, assim como proposto por Foucault, está no cerne das possíveis saídas para os mecanismos de controle instituídos. Foucault (1995, p. 276) sinaliza, portanto, que é por meio das práticas de resistência que será possível elucidar as relações de poder, “[...] localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos empregados”. Ou seja, é primordial destacar que não existe relação de controle sem resistência ou escapatória. Como afirma Foucault (1995), a resistência é primeira; justamente porque existem desvios é que há investimento de controle. E é por isso que se mostra relevante dar ouvidos a esses exercícios de resistência.

Nardi e Silva (2009) apontam que o conceito de estética em Foucault não está atrelado ao culto à beleza ou ao gozo pela vida, mas à capacidade do homem em deixar-se afetar sensivelmente pelo outro e pelo mundo. Este é o elemento que compõe as práticas de estetização como um modo de reflexão da liberdade. Para estes autores, o desenvolvimento de uma estética da existência foucaultiana consiste na possibilidade de as pessoas poderem gozar de suas liberdades, atualizando os processos de subjetivação ao construir a própria experiência. É, portanto, a partir da experiência estética da subjetivação, em Foucault, que me coloco a pensar mulheres, que vivenciam cotidianamente processos de vulnerabilidade e violência, produzem subjetividades livres, inventando novos modos de ser, existir e resistir no mundo.

Considerando a complexidade da temática de gênero, conto com o auxílio de autoras pós-estruturalistas como Judith Butler para compreender sexualidade, corpo, gênero e vulnerabilidade, dialogando com autoras que aprofundam a temática da interseccionalidade das opressões, como Djamila Ribeiro, Kimberlé Crenshaw e Patrícia Collins. Embora essas autoras sejam de perspectivas teóricas nem sempre convergentes no que se refere às análises realizadas, entendo como importante trazer as autoras feministas negras, visto a relevância de seus escritos para pensar tais questões e consciente de que posso utilizar de modo articulado o que cada uma pode oferecer para esta pesquisa.

Partindo do entendimento do movimento contínuo na construção das subjetividades, no próximo capítulo discuto os achados da pesquisa, deixando atravessar gritos e silêncios que possibilitem refletir sobre gênero, as opressões raciais e sociais, tensionando os lugares naturalizados do feminino e as violências que incidem sobre seus corpos, fazendo audíveis as mulheres-vozes desta pesquisa.

2 VOZES-MULHERES

O percurso de encontro com as vozes desta pesquisa se produz em atravessamentos. O contato inicial com o campo de pesquisa aconteceu na aproximação com o grupo de mulheres participantes de uma oficina de costura e com os técnicos do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS Beatriz Jungblut. Nos primeiros contatos emergia a temática da violência no contexto de vulnerabilidade, ao mesmo tempo que os técnicos do CRAS ensaiavam formalizar a criação de um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para as mulheres do território. Foi logo após a apresentação da proposta da pesquisa junto às mulheres participantes e a combinação de encontros em grupo que a pandemia da Covid-19 se fez presente. Com os protocolos de segurança e cuidados necessários para não disseminação do vírus, o CRAS precisou limitar as atividades de atendimento aos usuários, assim como os encontros em grupo, que foram suspensos. Impulsionada pelo movimento que virtualizou os contatos durante o isolamento, fiz, naquele momento, a tentativa de me aproximar das mulheres da oficina em um grupo criado por aplicativo de conversas, mas foram poucas as participantes que aderiram ao convite e o contato foi ficando limitado.

Com as mudanças de protocolos durante a pandemia e a reestruturação do projeto de pesquisa, parto para as entrevistas individuais, na aproximação das mulheres através do CRAS, ou ainda, contando com o auxílio do Centro Social Marista Boa Esperança³ que amplia e muito a aproximação com as mulheres do bairro e medeia esse contato. Nas idas e vindas deste caminho, o silêncio que se fez no período de isolamento e pausa contrasta com a potência das vozes que estão aqui. Encontrar finalmente com as mulheres, escutá-las em suas experiências, dores e sofrimentos, conhecer seus enfrentamentos e suas resistências permitiu novos e importantes movimentos no plano de forças em que esta pesquisa se encontra. Para tanto, se fazem ouvir aqui as vozes de dez mulheres residentes no bairro Santa Vitória, bairro da periferia da cidade de Santa Cruz do Sul, assistidas pelo Centro de Referência em Assistência Social - CRAS Beatriz Jungblut ou ainda parte de famílias vinculadas ao Centro Social Marista Boa Esperança que são consideradas, a partir da Política Pública de Assistência Social, em situação de vulnerabilidade e risco social. São mulheres adultas, com

³ Fundado em 1998, o Centro Social Marista Boa Esperança desenvolve, em Santa Cruz do Sul, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para garantir a proteção da criança e do adolescente. A unidade está localizada no bairro Santa Vitória, ao lado da Igreja Nossa Senhora da Boa Esperança. Informações disponíveis no site: <https://social.redemarista.org.br/centro/boa-esperanca/sobre>.

idades entre 25 e 53 anos, brancas, negras e pardas, todas mães, grau de escolaridade situado no nível fundamental, grande parte posicionadas como únicas provedoras ou chefes de família.

No entanto, para a análise dos dados produzidos na perspectiva da pesquisa cartográfica, não se supõe a análise como um momento específico, mas é, também ela, processual, e inerente a todos os procedimentos de pesquisa. Assim, a abertura à multiplicidade de sentidos não esteve localizada exclusivamente às entrevistas, mas se deu ao longo de todo o processo, sustentando a atitude de abertura que é uma das tarefas principais da análise na pesquisa (BARROS; BARROS, 2013).

Nesta abertura, em que toda análise é também uma análise da implicação, o método consistiu em dar visibilidade às relações que constituem a realidade das mulheres, na qual o eu-pesquisadora se encontra enredada. Neste plano em que os modos de ser das mulheres são objetos de análise e se constituem atravessados pelos marcadores identitários de gênero, classe e raça, emergem como marcadores de análise a violência que, atrelada à condição de vulnerabilidade, é fio condutor para compreender os modos de subjetivação e resistência das mulheres, bem como as políticas públicas de assistência social e as práticas psicológicas na escuta e amparo a estes sujeitos.

2.1 De quem são as vozes?

Tornar-se mulher. A perspectiva de gênero é o primeiro som que se ouve ao encontrar com as vozes desta pesquisa e marca também a rede de contatos: a pesquisadora, as técnicas dos serviços, as entrevistadas. Vozes-mulheres que falam a partir de lugares diferentes e se encontram atravessadas pelos discursos sobre o feminino, ao mesmo tempo que compõem uma rede de conexões que pulsam as múltiplas possibilidades de ser mulher.

Vou entendendo aos poucos o quão difícil é desnaturalizar. Exercito o estranhamento diante das características ditas femininas, e vou buscando o fio que trama sua construção... na relação com o corpo, com a maternidade, com o trabalho. Quais experiências possíveis de ser mulher que não vivo? (Diário de Campo, 08/03/2020) (COSTA, 2021, n.p.).⁴

⁴ A partir daqui os trechos das narrativas do diário de campo e das entrevistas serão incluídos com a seguinte formatação: recuo, espaçamento 1, fonte 10 e itálico. As transcrições aqui realizadas respeitam os usos dos seus falantes, com pausas e possíveis desvios. Para preservar a identidade das participantes seus nomes foram substituídos pelos nomes das protagonistas dos contos do livro *Insubmissas Lágrimas de Mulheres*, da autora Conceição Evaristo (2016).

O termo “gênero”, lembra Joan Scott (1995), foi inicialmente utilizado pelas feministas americanas para enfatizar o aspecto social das distinções baseadas no sexo, com o objetivo de utilizar o conceito de gênero para se referir à dimensão relacional dos papéis atribuídos aos homens e às mulheres na sociedade. A historiadora, a partir do estudo do conceito, entende gênero, enquanto categoria de análise, como um elemento que constitui as relações baseando-se nas diferenças percebidas entre os sexos, e ainda como um primeiro modo de dar significado às relações de poder, “na medida em que estas referências estabelecem distribuições de poder, o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder” (SCOTT, 1995, p. 88).

Compreender como relações de poder e gênero se relacionam e de que forma dão sustentação à prática política que move a vida em sociedade convoca a dialogar com os estudos foucaultianos sobre o poder. Para Foucault (2004, p. 193), o poder acontece como uma relação de forças, uma vez que,

[o] poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

Dessa forma, o poder aplicado à vida cotidiana intervém na materialidade dos indivíduos ao mesmo tempo que categoriza e marca esta individualidade, ligando-o à uma identidade, uma verdade em que se deve reconhecer e ser reconhecido (FOUCAULT, 2004). São essas marcas que constituem saberes e que produzem discursos que normatizam o feminino e as relações entre os gêneros, “atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo –, se situa no nível do próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana, e por isso pode ser caracterizado como micropoder” (FOUCAULT, 2004, p. 168).

É a partir de Judith Butler, em seu livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, que se parte para uma concepção original de gênero e da relação mantida entre sexo e gênero, biologia e cultura. Segundo Butler (2003), a teoria feminista, ao constituir a categoria mulheres enquanto sujeito para o qual a representação política pretende se voltar, parte do pressuposto de que existe uma unidade, uma identidade capaz de reunir e representar esse conjunto tão disperso e variado de sujeitos. Para a autora, isso se dá devido à difícil tarefa de superar a ideia de que as mulheres poderiam ser agrupadas por traços comuns relativos à “especificidade” do feminino. No entanto, a autora aponta que “se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (BUTLER, 2003, p. 20), de maneira que a noção de que mulheres estariam igualmente submetidas à dominação masculina ou que

poderiam ser entendidas a partir de uma unidade feminina implica, segundo Butler, um pensamento descontextualizado, analítica e politicamente separado de outros eixos de relações de poder, como classe, raça, etnia, entre outros.

Para pensarmos a produção de sujeitos enquanto mulheres, assim como propõe Butler (2003), faz-se necessário compreender a relação estabelecida entre sexo e gênero. Para a autora, o sexo seria, desde o princípio, uma categoria tomada em seu gênero, de modo, não faria sentido pensar o gênero como uma interpretação cultural do sexo, uma vez que não existe o sexo como um domínio anterior à cultura. Deixar de pensar “homem” e “mulher” como permanentes, é compreender seu caráter provisório e temporal e entender sujeitos produzidos a partir de normas já estabelecidas de forma que “não se pode dizer que os corpos tenham uma existência significável anterior a marca de gênero” (BUTLER, 2003, p. 27).

O processo de produção de uma verdade sobre o sexo, segundo a autora, se produz a partir da regulamentação de normas de gênero e nesse processo de normatização é instituída a heterossexualização dos desejos, que requer a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e “fêmea” (BUTLER, 2003, p. 38-39). O gênero funcionaria, então, como uma unidade que implicaria uma coerência entre sexo, gênero e desejo em uma heterossexualidade estável e oposicional.

Sustentado pelos discursos de gênero, o mundo passa a ser dividido na perspectiva de uma heterossexualidade idealizada e compulsória que gera o que Butler (2003, p. 194) nomeia como “produção disciplinar do gênero”. O efeito é uma falsa estabilização do gênero, construindo e regulamentando a sexualidade no domínio reprodutor e reiterando concepções naturalizadas de gênero que orientam de maneira binária características ditas de uma feminilidade, naturalizando e consolidando regimes de poder que convergem com a opressão masculina e heterossexista. Neste sentido, Silva, Meyer e Riegel (2021, p. 7) reiteram que:

Gênero pode ser definido, pois, como um modo de conhecer que atravessa e constitui diferentes discursos. Sua potência, em termos táticos e estratégicos, reside na sua capacidade de ser tomado como natureza essencial e universal e, portanto, não problematizável. Uma vez que os indivíduos se tornam sujeitos de gênero na cultura, é nesse campo de lutas por significação que diferentes discursos vão nomear o que é próprio e adequado para homens e mulheres e produzir pedagogias de gênero e sexualidade. Fundamentados pela naturalização do par binário masculino e feminino e pela heterossexualidade como forma normal de exercício da sexualidade, determinados modos de viver a vida são produzidos como desejáveis, normais e legítimos.

Buscar conhecer as experiências de ser mulher que se distanciem de concepções essencialistas exigiu considerar as questões específicas de poder que atualizam os modos de ser neste momento histórico, sobre existências que se fazem em contextos de vulnerabilidade, nos quais gênero se encontra com as desigualdades de classe e raça. E, ao convidar as entrevistadas a narrar sua experiência de ser mulher, faz barulho o lugar reservado ao feminino nos discursos que normalizam os gêneros. Narram a si mesmas e suas histórias partindo do lugar de esposa e mãe, ao mesmo tempo que sinalizam o caminho de subjetivação percorrido.

Mas tudo que eu aprendi como mulher foi depois de casada, porque nós nunca tivemos, minha mãe nunca interagiu com nós sobre essas coisas, entende? Nós fomos criadas tapadas. Ela sempre dizia para nós: não faz as coisas erradas pra gente não passar vergonha, ela tinha medo de passar vergonha, mas ela não explicava o porquê (Aramides).

O que que eu vou dizer? Experiência de ser mulher... Acho que primeiro de tudo em ser mãe. É bem...como eu fui mãe muito nova, com 15 anos e dali para frente são 6 filhos. Acho que a maioria da minha vida foi só criar meus filho (Mirtes).

A maternidade se coloca na centralidade da vida feminina, alinhada a uma ideia de essência e destino, a partir da constituição do biopoder⁵. Da mulher-mãe e da família passa a ser cobrado que se encarregue da vida e do corpo das crianças, mantendo-as disciplinadas, sadias e dóceis para, mais tarde, possam passar pela educação governada pelo Estado. A família configurou-se como célula de normalização e produção de sujeitos disciplinados, dóceis e úteis (FOUCAULT, 2002). No entanto, transformar mulheres em mães foi se construindo a partir de discursos de diversos campos de saber sobre a maternidade, sobre o corpo feminino e sobre a infância que nos permite compreender a maternidade como um dispositivo, assim como compreende Foucault (2004, p. 244):

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

O dispositivo da maternidade permite o nascimento do sujeito-mãe, permite que ele ganhe formas, cores e nuances. Não como uma característica natural e a priori das mulheres, mas como se agisse tal qual uma fonte de luz que ilumina, se difunde e dá visibilidade,

⁵ Biopoder, assim como pensado por Foucault (2001) é uma forma de governar a vida. Foi posta em prática no Ocidente a partir do século XVII. Divide-se em dois eixos principais: disciplina, o governo dos corpos dos indivíduos; e biopolítica, o governo da população como um todo.

fazendo com que se produza o sujeito-mãe em toda sua positividade. É uma luz que incide sobre esse sujeito, cuja existência não poderia manifestar-se sem ser iluminada por ela (MARCELLO, 2004).

Nas fendas do dispositivo da sexualidade, Swain (2006) inclui ainda, o dispositivo amoroso. O dispositivo amoroso se refere às mulheres subjetivadas pelo amor, cuidado e abnegação, este dispositivo investe e constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar, a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem.

Dessa forma, falar da experiência de ser mulher partindo da maternidade, do casamento ou da iniciação sexual, diz de uma construção das mulheres do nosso tempo, mas também dos caminhos de visibilidade que as mulheres da pesquisa encontram, seja dentro da própria família, na vida social ou ainda nas políticas públicas⁶, para legitimar um lugar. Fontinele e Costa (2019) reforçam, a partir da perspectiva foucaultiana, que a materialidade do gênero acontece, portanto, através de uma prática constante de reiteração de normas regulatórias como efeitos das relações de poder, e as normas funcionam qualificando os corpos e operando distribuições no entorno social. São elas que abrem o caminho para “a fabricação de uma subjetividade que está de acordo com os valores definidos social e politicamente, regulando a forma como os indivíduos se colocam no mundo” (FONTINELE; COSTA, p. 6).

Ainda que fazendo parte de um contexto histórico que lhes endereça um discurso de sujeito autônomo e livre, que atribuem valor ao trabalho como profissão, as mulheres ouvidas expõem as restrições vividas no acesso ao trabalho, já que sobre elas recaem a responsabilidade sobre os filhos e os afazeres domésticos.

Ser mulher até que é bom... se bem que eu queria ter nascido homem né... Por que a gente arrumava um serviço mais fácil porque o emprego para o homem pega bem fácil, para a mulher que é meio difícil... (Adelha).

E depois tu procurar serviço e quando diz que tem filhos pequenos daí eles já começam... bah, mas tu vai ter que um dia faltar porque um dia teu filho vai adoecer... (Lia).

Eu penso que tem muita gente que não dá oportunidade depois que a gente tem filho... porque eu fiz nesses dois anos, eu fiz bastante entrevista. E aí o momento que chega “tu tem filho?” – tenho. ‘Ai qualquer coisa a gente te liga de volta’, nunca mais ligam (Natalia).

A vulnerabilidade que marca o gênero, assim como exposto até aqui, não significa que sirva como uma característica definidora das mulheres como grupo. Entender a

⁶ Ao longo do capítulo, são discutidas as políticas públicas de assistência social na atenção a mulheres em situação de vulnerabilidade.

vulnerabilidade diferenciada das mulheres, já que sofrem de maneira desproporcional com a pobreza, o analfabetismo e a violência, não diz de uma condição feminina e deve ser analisada à luz da intersecção com as questões de raça e classe (BUTLER, 2018).

Amparada pelas lutas feministas, as mulheres brancas de classe média buscavam a desconstrução de um ideal de mulher dona de casa, submissa e maternal. Foram conquistando gradativamente espaços fora do ambiente doméstico, ampliando seu espaço como ser social e alcançando postos de trabalho antes dominados pelos homens. No entanto, ao interseccionar gênero, classe e raça percebemos que as condições de classe social e raça das mulheres em vulnerabilidade rompem com a dita feminilidade histórica e culturalmente imposta às mulheres brancas, uma vez que a fragilidade feminina é dirigida apenas para algumas mulheres, outras nunca puderam ser frágeis. Em seu discurso proferido em 1851, como uma intervenção na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, Sojourner Truth, marca essa diferença:

E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851 *apud* PORTAL GELEDÉS, 2014, n.p.).⁷

Diante da necessidade de compor a renda familiar, ou ainda como o único adulto provedor, além de assumir funções domésticas e de cuidados com os filhos, faz com que essas mulheres ingressem no mercado de trabalho, muitas vezes sujeitas a trabalhos precários, insalubres e de baixa qualificação profissional.

Eu tinha que trabalhar pra eles comerem, porque como eles tavam na creche, eu pensava: bom... de dia eles têm onde comer, de noite eu tenho que arrumar. Eu fazia faxina. Aí eu fazia faxina de dia, não ganhava dinheiro, ganhava comida pra eles pode comer de noite. Tinha que trabalhar, eu não pegava dinheiro nenhum, pegava tudo em comida, arroz, feijão, açúcar. Daí sempre tinha para comer de noite quando eles vinham, daí quando chovia que eu não podia levar na creche era um pouquinho mais difícil, não deixar faltar o pouco que tinha (Mirtes).

Aí ela pegou e disse olha, tu bota essa roupa aqui, eu disse mas eu vou botar essa roupa porquê? Daí ela disse: a vida aqui é assim e tu ganha. Quando ela falou em ganha eu pensei né, eu preciso... uma (filha) usa fralda, a outra tem alimentação

⁷ Discurso proferido como uma intervenção na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, Estados Unidos, em 1851. Em uma reunião de clérigos onde se discutiam os direitos da mulher, Sojourner levantou-se para falar após ouvir de pastores presentes que mulheres não deveriam ter os mesmos direitos que os homens, porque seriam frágeis. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 14 out. 2021.

para dar. Peguei botei a roupa me sentei (...). Aí veio um senhor me tirar pra dançar, eu dancei com ele começamo a conversar. Lá por certa hora ele pagou a moça e eu pensei né pagou a moça e vamo, vamo aonde eu disse para ele, vamo aonde? Nós vamos conversar, eu achei que era na rua... fomos num quarto conversar. Que eu falei não, eu não vou ter relação contigo não... não, mas eu já paguei a moça, ele disse (Lia).

De maneira significativa as mulheres relatam menores oportunidades de geração de renda durante a gravidez e no período em que seus filhos são pequenos, essa situação fica ainda mais complexa considerando que boa parte delas viveu a primeira gravidez na adolescência, interrompendo os estudos. Neste cenário, reforçado pelos discursos que desvinculam o homem da paternidade e do cuidado dos filhos, muitas delas foram deixadas sozinhas com os filhos e, ao viver a maternidade *solo* se intensificam as situações de vulnerabilidade.

E daí ele não quis também assumir né? Aí foi um baque pra mim né? Eu não trabalhava, não tinha condições daí eu tive uma prima minha que me apoiou muito bem também me ajudava bastante aí os meus pais me deixaram ficar morando né, fizeram uma casinha nos fundo da casa, aí eu ficava lá com ela, mas assim é bem difícil, ficar sozinha... (Maria do Rosário).

Ser mãe eu considero, muito jovem, não sabia cuidar de um bebê. Passei bastante dificuldade por ser muito jovem não entender, muitas coisas de um nenê eu tive que aprender, não foi fácil. Mas foi uma das maiores dificuldades e maior conquista (Mary).

Eu dei a volta por cima, eu trabalhava, eu tinha as duas, uma com quinze (anos) a outra com dez e o outro com dois anos e pouco, a de dez cuidava dele. Eu trabalhava em três lugares, de manhã eu fazia faxina num vinha meio-dia dava comida para eles, uma hora saía de novo. Aí vinha de tardezinha, eu chegava em casa arrumava a casa, ia cuidar de uma senhora de noite e levava todos eles comigo e assim foi indo. Mas nunca baixei a minha cabeça, a tristeza bate, a decepção também (Lia).

As condições de vulnerabilidade são ampliadas não só pela posição da mulher na família e a desigualdade de gênero nas possibilidades de trabalho, mas também pela vida em determinados territórios. Ao atentar para a dimensão do lugar⁸ na vulnerabilidade, importa pensar como isso recai especificamente sobre as mulheres, que “habitando lugares com difícil acesso a recursos materiais e simbólicos, veem suas condições de pobreza ser produzidas e reproduzidas, num círculo perverso que conforma a falta de melhores oportunidades” (AZEREDO, 2010, p. 583).

⁸ Vulnerabilidade do Lugar compreende a dimensão da vulnerabilidade relacionada aos aspectos ambientais, locais e estruturais da vulnerabilidade, como saneamento básico, qualidade ambiental, estrutura viária e existência de equipamentos sociais (LIMA, 2016).

Olha, não sei te dizer se era pela criação...como tu foi criada, que parece que tudo era (mais difícil), não tinha um arroz, não tinha um feijão, tu tinha que tá pedindo (...) e tu crescer com aquilo ali, e tu vê e daí passa teus filho e tu vê os teus filho passando pela mesma situação e a gente correr atrás de serviço e não consegui, tudo era bem difícil. Até pra trabalhar, consegui uma faxina, fiquei muito feliz, mas eu tinha que atravessar a cidade a pé pra ir trabalhar, então eu ia a pé, voltava a pé pra eu ter o dinheirinho de noite pra poder comprar, tudo, nada era fácil assim sabe 'ah eu consegui, ah alguém me ajudou', não, tudo eu tinha que correr atrás (Mirtes).

Tu procurar um serviço e dizer onde tu mora é uma decepção sabe, muitas vezes tu ia num lugar e assim, quando te perguntava o bairro, dizia o bairro, eles não davam serviço pra gente (Lia).

Nessa vila depende do emprego a gente não arruma, porque eles acham que a gente é uma pessoa ruim né e lida com certas coisas erradas, daí já não é fácil (Mirtes).

Conforme me aproximava do bairro Santa Vitória, até então desconhecido, questionava se esse “não conhecer” se devia realmente ao fato de não ser natural de Santa Cruz do Sul e, mesmo após dezessete anos residindo aqui, não transitar por todos os espaços da cidade ou porque alguns pontos podem ser considerados lugares perigosos. E talvez, ainda mais perigosos para as mulheres.

Me sinto exposta quando chego no bairro, seria esse um lugar perigoso? Ao mesmo tempo a sensação de medo que tenho aqui não é nova, já vivi em outros espaços, outras ruas, inclusive no centro da cidade (Diário de Campo, 01/06/2021) (COSTA, 2021, n.p.).

E eu vim morar aqui em cima na Vila a realidade é bem diferente da onde eu saí. Que daí muitas horas da tarde da noite não podia sair de casa que a vila era muito perigosa, que a gente que tinha filha menina era mais complicado ainda né? (Lia).

Por ser mulher eu tenho medo né, eu não saio na rua de noite, porque eu tenho medo, porque eu já vi muitas histórias né, eu tenho bastante medo... eu não deixo ela (a filha) em lugar nenhum sem eu estar junto, nem no projeto ela não vem sem eu tá junto, por ela ser menina eu tenho esse medo... (Mary).

A produção dos lugares perigosos, como apontam Oliveira e Hillesheim (2018), não se dá somente pela regulamentação do Estado, mas por movimentos diversos e contínuos do território e dos atores sociais. Os sentimentos de insegurança e medo, que reforçam um risco contínuo, devido ao qual devemos estar em permanente vigília, produzem movimentos e atualizam práticas que servem ao controle biopolítico da população e potencializam a conexão criminalidade-marginalidade-pobreza. Estes modos de pensamento e formas de subjetivação nos apresentam aos nossos inimigos e seus lugares perigosos, dos quais devemos nos

proteger. Assim como refletem as autoras, os marcadores que conectam as mulheres aos seus lugares estão nas suas narrativas, constituindo modos de ser.

As possibilidades de vida que estas subjetividades sinalizam, como transitar pelos espaços do bairro, o sentimento de pertencimento das mulheres, assim como a sensação de exposição à violência, reduz e reforça os lugares do feminino ao espaço doméstico, distante do perigo do bairro, onde estariam “protegidas”. Dessa maneira, convém retomar a necessidade de romper com o conceito de vulnerabilidade como característica definidora do feminino e dos espaços ideais para as mulheres, já que pode fortalecer modos de paternalismo que restabeleçam e naturalizem relações de desigualdade (BUTLER, 2018).

Ao articular as vulnerabilidades, outro ponto significativo se faz audível, uma vez que as desigualdades de gênero, raça e classe se entrecruzam e se potencializam. É nesse sentido, portanto, que Gonzales (1984), ao interseccionalizar as questões de gênero, raça, classe e território, aborda o lugar naturalizado do negro nas senzalas, favelas e periferias das cidades. Um dos legados concretos da escravidão, segundo a autora, diz respeito à distribuição geográfica da população negra, isto é, à sua localização marginalizada em relação às regiões e espaços hegemônicos. Dessa maneira, as opressões se encontram e as vulnerabilidades se potencializam, produzindo outras vias de dominação.

De diversas formas a experiência de ser das mulheres negras pode se construir diferente de mulheres brancas, ainda que em situações de vulnerabilidade socioeconômica. No legado deixado pela escravidão, mulheres negras não viveram o lugar de fragilidade imposto às mulheres brancas, uma vez que enfrentavam as violências de terem a sua força de trabalho equiparada a dos homens negros. No entanto, o gênero era, também, uma forma de coerção, já que as mulheres escravizadas eram, frequentemente, castigadas e exploradas por sua condição de mulher, por meio da violência sexual. Mesmo a exaltação da maternidade, não se estendia às mulheres escravizadas. Na verdade, aos olhos de seus “proprietários”, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram entendidas como “reprodutoras” – cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar (DAVIS, 2016, p. 19).

A relação simbólica das mulheres negras com o trabalho doméstico difere muito daquele estabelecido para as mulheres brancas. O lugar de “doméstica” ou “mulata” que as mulheres negras ocupavam, e ainda ocupam, na sociedade brasileira, naturaliza e fomenta a exploração econômica e sexual específicas às mulheres negras. Ao analisar a posição de “doméstica” e “mulata” como as possíveis ainda hoje para a mulheres negras no Brasil,

Gonzales (1984) expõe a lógica racista que impede que mulheres negras ocupem outros espaços e oportunidades. Nas entrevistas, se evidencia essa experiência:

Daí eu fui rejeitada em dois serviços por causa da cor né, cheguei lá e a moça foi bem franca, me chamou e disse assim: moça eu não quero deixar tu desanimada, mas a gente quer moça de cor loira cabelo comprido, a gente não está procurando tipo assim a sua raça...eu levantei fui para casa chorei, eu tinha duas bebês, pagando aluguel... (Lia).

Mas a minha (filha) mais velha passou por isso, ela foi fazer uma entrevista também numa loja e chegou lá a moça disse para ela por causa do cabelo dela que é encaracolado né, mas e daí como graças a Deus agora né, a tecnologia ensina muito a gente, ela foi dar parte: racismo (Lia).

Na lógica neoliberal que individualiza e responsabiliza os sujeitos pelos fracassos, desconsiderando a trama social que os constitui, o racismo nem sempre se faz perceptível aos olhos das mulheres. Entretanto, o contato que produz movimento na pesquisa-intervenção coloca em tensionamento estes pontos, como quando questiono se a entrevistada já viveu alguma experiência de racismo:

Eu acho que não por racismo...ou porque eu nunca percebi, porque nunca deu tempo de perceber ou pensar nisso aí né? (...), mas eu nunca pensei por racismo, eu pensei pela vida ser assim mesmo, por nada ser fácil, tudo ter que tá correndo atrás, nunca pensei pelo racismo, também nunca parei pra pensar no racismo... Eu acho que agora que foi os dois... será que pela cor da pele? (...) É que eu nunca parei pra pensar na cor da pele 'eu não consegui porque eu sou negra', acho que não. Eu não consegui porque eu não consegui mesmo, porque eu não tinha sorte pra essas coisas, era assim que eu pensava... (Mirtes).

Assim, embora o conceito de vulnerabilidade social esteja indiretamente vinculado com o de mobilidade social, essa dificuldade de mover-se socialmente não pode ser reduzida às questões de pobreza, pois, como apontam Guareschi *et al.* (2007), a vulnerabilidade não se restringe à categoria econômica, mas passa por organizações políticas de raça, orientação sexual, gênero, etnia. Dessa forma, as organizações simbólicas também estão intimamente ligadas ao conceito de vulnerabilidade social. Pensar a vulnerabilidade na existência das mulheres negras exige entender o quanto a lógica racista presente na sociedade brasileira opera desumanizando e violentando corpos negros, em uma restrição profunda de suas existências.

A importância de escutar as mulheres na perspectiva interseccional, segundo Crenshaw (2002, p. 177), está não apenas em valorizar de maneira mais precisa as experiências vividas de maneira singular, mas também no fato de que “intervenções baseadas em compreensões

parciais e, por vezes, distorcidas das condições desse sujeito, muito provavelmente, são ineficientes e talvez até contraproducentes”.

O indivíduo, portanto, sujeito à interseccionalidade, nas descrições da autora, está no encontro dessas várias vias, sofrendo os danos causados por impactos vindos de diferentes direções. Nesse sentido, a conjunção das relações de poder de classe, raça, gênero, sexualidade atuam de maneira dinâmica, o que também remete a um caráter dinâmico da vulnerabilidade e exposição à violência provocados por diversos eixos de poder. Nesta perspectiva, Patrícia Collins (2017 *apud* SARAIVA; NEVES, 2021) aponta que, mediante o conceito de interseccionalidade, dá-se visibilidade a questões que ficavam encobertas nas análises tradicionais, visto que o gênero se colocava como referente aos estudos de mulheres, raça se referia aos homens negros e classe voltava-se ao campo dos interesses estruturais. Dessa maneira, a noção de interseccionalidade possibilita sobrepujar opressões racistas, heterossexistas e classistas.

2.1.1 Os gritos

Assim como não encontro um sujeito feminino universal, recuso-me a acreditar em um destino fim para as mulheres. Conceição Evaristo me ensinou a escutar mulheres insubmissas, enquanto eu buscava as vozes para além do silêncio imposto pela pandemia. Assim, me alio ao seu plano, ao fazer eco às histórias das mulheres aqui presentes:

Apenas tracei um plano. Eu queria escrever histórias de mulheres, mas não deixando mais minhas parentas sucumbirem à morte. Não as deixaria se degradarem na fome e no desamparo. Passariam por tudo, mas recuperariam a vida. Queria escrever sobre as dores mais profundas dessas mulheres. Queria falar de um sofrimento e de uma carência que não significassem somente a falta do pão, de água e do teto. Queria escrever sobre mulheres vitoriosas, insubmissas ao destino, apesar de. Parece que consegui (EVARISTO, 2014, p. 32).

Ao acessar o plano de forças que constitui essa pesquisa, quis encontrar as resistências, as insubmissões, e as mulheres me apresentaram também as suas dores. Seus gritos. Nas entrevistas, ao serem questionadas sobre os sofrimentos ou dificuldades enfrentadas até aqui, muitas apontaram situações de violência vividas no ambiente familiar, outras nem precisaram ser questionadas, apresentando a narrativa da vida entrelaçada com a violência vivida. A violência que incide sobre os corpos e subjetividades, marca a vida das mulheres e nos exige entender o quanto produzem e ampliam vulnerabilidades.

Para pensar a vulnerabilidade na existência das mulheres, acolho a reflexão sobre a precariedade da vida e os enquadramentos da violência proposta por Judith Butler (2015), em *Quadros de Guerra*. Estes enquadramentos produzem e configuram olhares e normas apreendendo determinadas vidas como não vivíveis, portanto, vidas mais vulneráveis à violência e menos passíveis de luto. Determinadas vidas estão sujeitas a serem mais expostas aos perigos e às violências do que outras, tornando-se, conseqüentemente, mais vulnerabilizadas. Desse modo, o fato que mulheres sofrem violência de diversas vias e com maior frequência que os homens não pode ser desconsiderado. A autora sugere, ainda, que

O corpo que existe com sua exposição e proximidade em relação aos outros, às forças externas, a tudo aquilo que pode subjugar-lo e dominá-lo, é vulnerável aos maus-tratos; os maus-tratos são a exploração dessa vulnerabilidade. Isso, porém, não significa que a vulnerabilidade possa ser reduzida à condição de violável (BUTLER, 2015, p. 90).

Esse estatuto precário que pode se converter em condição de sofrimento, é também a condição para a capacidade de resposta diante de uma submissão indesejada. A noção de precariedade da vida humana implica, de modo decisivo na vulnerabilidade. Por outro lado, também conduz a pensar na vulnerabilidade não como uma posição de passividade ou de exclusão, e sim, que a sua manutenção depende, de maneira fundamental, das condições sociais e políticas, e não somente de um impulso interno para viver (BUTLER, 2015).

No contexto das condições sociais e políticas que constituem as vidas das mulheres, os apontamentos foucaultianos nos permitem entender o modo como a violência se coloca nas relações de poder e pode atuar para adequar as condutas a uma dada normalidade. Costa (2018) aponta que ao formular o problema do governo, Foucault concebe espaço para a violência, como uma via possível, apenas para caracterizar que mesmo que a única possibilidade de ação de um indivíduo ou grupo seja um comportamento violento, ainda assim se está no terreno de uma relação de poder. Desta forma, é possível acrescentar o argumento desenvolvido por Butler (2014) que o gênero como uma norma, além de governar a inteligibilidade social, produz mecanismos de regulação que fazem uso da violência como ação que visa conduzir os sujeitos para uma dada zona de normalidade.

Sendo assim, a violência que incide sobre os corpos das mulheres reforça os lugares estabelecidos para o feminino dentro das relações, a submissão, a passividade, a fragilidade. Ao agredir, os homens têm ampliada a posição de força e potência legitimada pelos discursos que produzem as diferenças entre masculino e feminino, já que, como aponta Meyer (2009, p. 218), “é no contexto de relações de poder de gênero e sexualidade naturalizadas, sancionadas

e legitimadas em diferentes instâncias do social e da cultura, que determinadas formas de violência tornam-se possíveis”. Silva, Meyer e Riegel (2021, p. 10) apontam ainda, que:

Nos termos das normas regulatórias, a violência de gênero é acionada como mecanismo que normatiza, regula e determina a vida no detalhe. Assim, em meio às dinâmicas conflitivas que se transformam em violência, a assimetria e a reificação das desigualdades de gênero não só são levadas ao extremo como produzem efeitos nos processos de governo de si e dos outros.

Escutar as mulheres da pesquisa desafia refletir sobre as dimensões de gênero e violência e, ao mesmo tempo, acessar a realidade complexa, que inclui outras vulnerabilidades que se interseccionam na produção das subjetividades. No entanto, ao cartografar o movimento da violência na vida das mulheres, podemos pensar sobre as linhas de captura e criação que se fazem presentes. As vozes desta pesquisa, atravessadas historicamente pelos discursos, se constituem marcadas por violências. As violências que alcançam seus corpos e suas subjetividades compondo modos de ser, exigem um olhar que compreenda a violência como parte de processos sócio-históricos, culturais e simbólicos que ocorrem tanto na esfera doméstica e familiar, como no âmbito comunitário e/ou institucional.

O conceito de violência, assim como compreendida pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), evidencia o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Essa definição acrescenta ao uso da força física a palavra poder, o que significa incluir as noções de ameaça e intimidação, negligência ou atos de omissão, no mesmo patamar dos outros atos de violência incluídos, tais como: abusos físicos, sexuais e psicológicos; suicídio e atos autoinflingidos; injúria, privação e desenvolvimento precário. Nesta complexidade, não é mais possível considerar a violência como algo que se esgota no campo individual, o que nos leva a entendê-la em suas práticas, constituídas por diversos vetores socialmente produzidos.

Ao relatar as violências vividas no âmbito intrafamiliar, as narrativas das mulheres indicam que as situações de violências de gênero são perpetradas por relações persistentes de poder em um ciclo de reprodução que reverbera nas gerações de mulheres:

Quando eu era criança, que eu me lembre, das lembranças que eu tenho de criança, meu pai era muito ruim para minha mãe, ele bebia demais...uma vez ele deu um tiro nela nunca me esqueci, ele deu um tiro nela quase acertou o peito, no peito. Eu sei que eles levaram ele né, mais ou menos assim eu me lembro, que a polícia veio e levou ele e a mãe foi pro hospital. Daí que só que eles não conseguiram tirar a bala, ela tem a bala no corpo até hoje (Shirley).

(...) quando eu era pequena eu via ela (mãe) apanhar também, eu ajudava ela para ela não apanhar, a gente saía correr, a gente fazia alguma coisa, se metia na frente do pai para ela não apanhar né? E daí aquilo dali foi, sei lá, foi bem estranho depois que eu estava grande, que eu cresci, amadureci, com 22 anos que eu vi que eu não queria isso ali para os meus filhos também. Porque eu também tava assim, eu também tinha que apanhar, só que eles não podiam me ajudar que eles eram pequeno, eu também estava apanhando toda semana, quase todo dia, era bem difícil (Mirtes).

Imersa nos estudos da pesquisa durante a pandemia da Covid-19, vejo as notícias de aumento de casos de violência contra a mulher tomarem conta da mídia⁹, percebo então a necessidade de desnaturalizar a violência como uma resposta esperada para os momentos de crise (PAULO, 2021). A conflitiva instaurada pela pandemia nas esferas social, econômica e sanitária e as medidas emergenciais necessárias adotadas podem, sem dúvida, ter aumentado a vulnerabilidade das mulheres, no entanto, isso não se dá exclusivamente pela dimensão de gênero nas dinâmicas intrafamiliares, mas se relaciona ao isolamento social aliado à precarização dos vínculos de trabalho, ao desemprego, à dupla jornada de trabalho exercida em casa e fora dela, que podem resultar em mais violências.

Além disso, as mulheres na chefia de família monoparentais, como o caso de muitas das entrevistadas aqui, perderam campos de trabalho ou foram impossibilitadas de acessar o direito à autoproteção, uma vez que foram obrigadas a trabalhar durante a quarentena para garantir o sustento¹⁰. O suporte social diminuiu com o fechamento de creches, estabelecimentos de ensino e religiosos, serviços de proteção à mulher como delegacias e centros de referência à violência doméstica. Tudo isso constitui uma exposição maior à vulnerabilidade para as mulheres, pois as impede de obter algum tipo de auxílio ou apoio social (BARBOSA *et al.*, 2021).

A experiência da violência apresentada pelo relatório sobre violência doméstica de 2021, estudo produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o instituto de pesquisa Datafolha, considerando os casos do período da pandemia, aponta dois fatores que não se modificaram nas três edições da pesquisa realizadas recentemente, nos anos de 2017, 2019 e

⁹ Em todas as mídias, televisão, jornais, internet e redes sociais as notícias de violência contra a mulher aumentaram de volume durante a pandemia acompanhando o aumento expressivo dos casos: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2021.

¹⁰ *A primeira morte por COVID-19 no Brasil aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, uma mulher negra, empregada doméstica de 63 anos que contraiu o vírus na casa da patroa. Em uma live da Oxfam no dia 28/05/2020, a fala da antropóloga Debora Diniz, fica ecoando os questionamentos desta pesquisa: “As mulheres pobres, que são majoritariamente negras, não têm como fugir do contágio. Assim, elas vão enfrentar o desemprego, senão a morte, ou uma imersão ao risco de contaminação muito grande”* (Diário de campo, 29/05/2020) (COSTA, 2021, n.p.).

2021: as mulheres sofreram mais violência dentro da própria casa e os autores de violência são pessoas conhecidas.

Diante das situações narradas, é possível ver que as ações violentas reforçam e demarcam posições ditas femininas na família e no casamento, e posicionam a mulher no lugar de posse masculina. Na violência cometida pelos maridos e companheiros, está a tentativa de reforçar os traçados dos papéis femininos naturalizados:

...no dia das mães eu apanhei, no meu primeiro dia das mães eu apanhei dele, sabe? Chuva, e chuva e chuva e chuva, eu disse pra ele bem assim que nos tinha, que a gente pobre né, nós tinha que dá um jeito de lavar essas roupa estender como era alto, 'tu só estende para mim ali?', ele bebendo o dia inteiro, aí ele pegou meus cabelos e jogou assim sabe, no chão sabe? (Saura).

... porque só na cama que eu prestava fora da cama não era nada sabe, eu era um lixo. Eu disse pra ele, não, não sou mais tua mulher. Daí ele começou a dar coice... queria quebrar, faltou me bater, eu acho que ele nunca me bateu por causa das crianças. Que eu acho que a vontade dele é essa, de me bater (Isaltina).

Apanhei dele né, passei assim uns trabalho com ele... aí eu apanhava dele. Dentro de casa... ele saía né, para me aprontar que eu sabia, aí ele chegava bêbado. E ele descarregava em mim, tipo ele insinuava que era eu que estava aprontando. E ele me deu, a primeira vez foi só empurrão, um tapa... (Shirley).

Eu tentei pegar uma faca para dar uma facada nele, mas eu pensava na minha filha e na minha mãe né? Ele chaveou aquela pecinha onde ele tava e saiu, me deixou ali sangrando, toda machucada, quando tava amanhecendo ele voltou podre, eu não sei se ele tava drogado, se ele estava bêbado, não sei o jeito que ele tava... chegou e me deu mais um pouco em mim e foi deitar. Eu peguei aquela faca eu pensei: eu vou matar ele, agora eu vou matar porque eu não aguentava mais de tanto apanhar, na minha cabeça eu pensava assim ele vai acordar ele vai dar em mim de novo (Lia).

(...) na cabeça dele trabalhava só mulher, ele não sabia que trabalhava homem junto né, eu não contei que trabalhava homem, daí eu podia ir trabalhar, mas se ele soubesse que tinha homem trabalhando junto eu não podia trabalhar. Daí ele também não trabalhava... daí já viu como ficava a coisa, muito difícil, bem complicado (Mirtes).

“Quando ele começou a me bater, ele não me deixava trabalhar, ele me fez eu abandonar tudo. Eu não podia ter amigos, eu não podia visitar minha mãe, meus irmão ele não deixava eu visitar (Isaltina).

Dessa forma, a experiência de ser mulher que se constitui atravessada pela violência, em um contexto de vulnerabilidade pode compor modos de subjetivação em posições assujeitadas, já que de forma evidente a violência física invade e submete o corpo. De forma menos óbvia, no entanto, mas de maneira extremamente dolorosa, a violência das palavras

dilacera quando se aloja na subjetividade das mulheres. A relação consigo que se faz em uma perspectiva de menor valor, endurece as saídas, captura as existências:

Eu achava que era tipo, que era o normal dele né, querer humilhar, querer me rebaixar sabe? Só que daí de tanto que ele fazia isso eu acabei deixando me decair né? No começo eu não levava muito a sério, mas aí depois de tanto que ele fazia isso eu pensava para mim mesma né, quem é que ia me querer sabe? Se eu largar dele quem é que vai me querer mesmo né, se eu quiser arrumar outra pessoa. Quem é que vai me quere, esse tipo de coisa (Shirley).

Me maltratar... eles nunca maltrataram de me bater. De marcas, olha, isso aqui foi o fulano que fez, mas eles maltratam o psicológico. Falam muita coisa pra gente sabe? Esse marido que eu tive agora por último ele me torturava mesmo no psicológico sabe? (Maria do Rosário).

Ele dizia que eu era vagabunda, que os filhos não era dele sabe? Coisas assim, bah assim... eu passei sofri bastante com isso (Isaltina).

Ele me ameaçava que ia me matar, ele ameaçava que ia tirar as crianças de mim... até agora às vezes ele toma um golinho daí ele liga ele já fala que se eu arrumar outro homem vai me matar, ele vai matar o homem, que ele não quer ninguém perto de mim se eu não ficar com ele eu não fico com ninguém... aquela coisa, mas agora eu não dou mais bola, antes no começo eu tinha medo porque ele usava os pequenos né, ele usava as crianças também, porque eu ia sofrer muito, uma coisa ou outra para me fazer deixar sofrendo ele ia fazer (Maria do Rosário).

Sim, porque ele me aprontava e eu sabia... eu sabia que ele aprontava. E sabe como é ruim ser acusado de uma coisa que tu sabe que tu não faz né? E eu não fazia as coisas que ele falava...ele me humilhava. É isso que eu acho que eu acabei entrando em depressão ele me humilhava, tipo nada... eu não eu nunca estava bonita para ele tudo que eu fazia para agradar estava ruim nada estava bom (Shirley).

Sim, me ameaçava bastante, aí com frequência aqueles nomes feio sabe, ele assim: vagabunda, puta, essas coisarada sabe, mas assim eu não dava bola sabe, eu aguentava. Também não reagia, se reagia ia apanhar, daí eu não reagia. Eu não nunca... claro assim para mim eu sempre chorava né, mas eu tentava ser bastante forte ou até dava risada, dava bastante risada, pode falar não tô nem aí sabe, eu ria não dava bola mas assim a gente chora, dentro da gente a gente sabe né que magoa a gente (Saura).

No entanto, cristalizar os gritos apenas no lugar de dor e sofrimento seria negar as lutas existentes nos jogos de poder, e as resistências que se fazem presentes nos processos de subjetivação que indicam também possibilidades, fugas e subversão do próprio sujeito. Não se aponta aqui para a ideia de um sujeito livre, autônomo e soberano criador de suas condições de existência, mas para a condição de escapar dos poderes e saberes de um dispositivo para outro, “podemos dizer que as linhas de subjetivação indicam também as linhas de fratura, de descontinuidade, de ruptura do próprio dispositivo, da sua possibilidade, de consecutividade, de contínua elaboração e superação” (MARCELLO, 2004, p. 209).

Assim, os mesmos gritos que sinalizam a dor de uma existência feminina marcada por modos de ser mulher enquadrados na passividade e submissão, rompem com o silêncio e de antemão, já nos apontam mulheres que resistem.

O grito foi uma forma que eu descobri para me defender. Eu não grito para os vizinhos ver que eu estou brigando com ele, eu não grito para dizer 'ai sou maior', não... eu grito porque foi uma forma de eu me defender dele (Maria do Rosário).

Olhar para o campo requer pensar nas forças que colocaram as mulheres neste lugar de silenciamento histórico, nas suas condições de emergência e no silêncio dos homens em relação a uma história que também é feita por mulheres. Para, a partir disso, se fazer possível desnaturalizar e desconstruir estas forças. Por isso, pensar na necessidade de gritar e fazer ouvir uma existência, é pensar também nos silêncios e nos silenciamentos que, nos contextos de vulnerabilidade e exposição à violência, também constituem os modos de ser.

2.1.2 Os silêncios

Meu grito foi tão abafado que só pelo silêncio contrastante percebi que não havia gritado, o grito ficara me batendo dentro do peito.
(LISPECTOR, 2009, p. 31)

Diante dos gritos que assinalam a presença da violência na vida das mulheres, se faz relevante compreender o lugar do silêncio. De que forma o silêncio se faz nas existências das mulheres desta pesquisa? Quais suas possibilidades de elaborar novos discursos a partir dos silêncios, ou ainda, romper com os silêncios? Na perspectiva de discurso foucaultiana, podemos dizer que esse silêncio também aparece como um discurso (FOUCAULT, 2001), pois o não falar diante da violência, torna o silêncio o próprio discurso.

Na trama que tece as mulheres que falam a esta pesquisa, o silêncio enquanto um discurso, que abafa os gritos das mulheres e aquilo que as violenta, demonstra uma tentativa de anular outras formas de viver para as mulheres que rompem com a normativa naturalizada na desigualdade entre os gêneros. No entanto, as relações de poder não se constituem na dominação pelo silenciamento do outro, mas pela própria produção das subjetividades em relação, a produção da subjetividade de quem silencia e de quem é silenciado. Práticas de silêncios e silenciamentos que vêm construindo verdades sobre as mulheres e produzindo modos de ser.

O silêncio enquanto parte de um ato discursivo reforça o silenciamento das mulheres em um processo de constituição da história como algo masculino, como uma produção discursiva a partir da perspectiva masculina (MATTOS, 2012). Nas narrativas contadas pelas mulheres, falar da violência vivida era falar do masculino, era uma história dos homens em suas vidas, dos impulsos deles, dos vícios, da imposição da masculinidade naturalizada que as violentava, o que não significa que as mulheres não faziam parte desse momento das histórias, já que estes lugares de silenciamento se deram nas relações discursivas entre os homens e as mulheres.

Como lembra Mattos (2012), estes discursos vão construindo um lugar para estas mulheres, enquanto elas vão se construindo dentro destes discursos. São discursos e políticas de verdade que se utilizam do silenciamento dos sujeitos para enquadrá-los em determinadas formas de ser e o sujeito, agindo nestas relações, constrói a si próprio, muitos aceitando o silenciamento e outros resistindo a esta interdição. Os silêncios e os silenciamentos dizem da construção de subjetividades, processos pelos quais as pessoas vão se tornando sujeitos, através das técnicas de si em confronto com os processos de subjetivação. Neste sentido, as relações de poder marcadas pela violência física e subjetiva, construíram lugares de sujeitos, demarcando também uma solidão feminina diante das violências:

(...) eu nunca falei nada para ninguém eu sofria sempre ali calada sabe? o que eu fazia: eu ia para o quarto chorar. Era só o que eu fazia. Ele me tratava mal né, tudo para ele nada estava bom, a comida não estava bom sabe, a casa nunca estava limpa, eu não podia sentar porque se eu sentasse ele já dizia: não tem nada pra fazer. Sabe assim? (...) Mas eu nunca falei nada para ninguém, minha mãe morreu sem saber de nada, meus irmãos, nunca contei (Isaltina).

Depois quando passaram dois anos que daí eu conversei com a minha mãe sabe? Mas assim, eu não queria que ele, na minha cabeça eu tinha medo que ele fosse fazer alguma coisa para minha família entendeu, brigar com os guris, essas coisas, daí eu guardava para mim não falava nada. Então, só tudo para mim (Saura).

Mesmo compreendendo as violências sofridas, em algum momento as mulheres conformam o lugar de gênero e silenciam na tentativa de evitar outros sofrimentos, como se o silêncio indicativo de alguma submissão garantisse uma mudança de comportamento dos homens ou ainda uma invisibilidade que possa protegê-las. Ao mesmo tempo, o silêncio revela a falta de suporte e apoio no enfrentamento das violências e escancara a solidão vivida.

Eu não podia ter isso quando eu era casada, eu não tinha amigos eu não tinha com quem fala, eu não falava pra minha mãe porque tinha vergonha, pros meus irmão porque eles eram novo, (...) eu não tinha pra quem contar assim, amigos eu não tinha (Mirtes).

Eu toda noite... primeiro eu deixava eles dormir (os filhos), depois eu chorava... eu tinha um pano que eu riscava aquele plano toda noite. Até um dia minha filha achou e disse: 'meu Deus mãe, deixa eu te contar uma coisa, eu achei um pano de baixo do teu travesseiro tudo rabiscado'. Era ali... eu não podia contar para ninguém eu não tinha com quem conversar, eu chorava e riscava aquela fronha. Todo dia de noite (Lia).

Acho que o que dói mais é não ter o apoio na hora que tu precisa né, tipo quando eu tava lá me vendo em maus lençóis, não tinha para onde correr, não tinha o que fazer... Tinha que ficar lá. E quando eu tipo: 'ah eu vou sair de casa...' mas tu vai para onde? Vai fazer o quê? Tu tem filhos, ele (marido) dizia na minha cara que eu não ia conseguir sustentar, 'com 5 filhos ninguém vai te querer'. Como é que tu vai viver? (Mirtes).

Estas falas apresentam a condição de vulnerabilidade que, atrelada às violências de classe e de raça, produz uma cristalização da precariedade, em uma impossibilidade de romper com os quadros de violência. Nesse sentido, a precariedade, assim como pensada por Butler (2015), mesmo que seja condição generalizada de todos que vivem em sociedade, é diferenciada entre os sujeitos, pois cada sociedade constitui, historicamente, um conjunto de ações, práticas, leis, organizações sociais e políticas, com objetivo de “maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros” (BUTLER, 2015, p. 41). Isso equivale a decidir quais vidas são relevantes e devem ser preservadas e quais não importam, podendo ser lesadas e eliminadas. Como indica a autora:

(...) aqueles cujas vidas não são 'consideradas' potencialmente lamentáveis e, por conseguinte, valiosas, são obrigados a suportar a carga da fome, do subemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e a morte (BUTLER, 2015, p. 45-46).

Ao pensar as mulheres em situação de violência como “vidas precárias”, não passíveis de luto, entendo que são vidas desprotegidas ou parcialmente protegidas por sistemas jurídicos, redes de assistência e instituições, e estão expostas não só à violência no âmbito familiar, mas também à violência de Estado.

O percurso desta pesquisa permitiu acessar um silenciamento que diz também sobre as intersecções entre gênero, raça e classe, ainda que as interfaces entre violência racial e violência de gênero apontem para uma maior vulnerabilidade das mulheres negras e o menor acesso destas mulheres aos equipamentos sociais e de saúde (IPEA, 2015).

Chego no CRAS logo após a psicóloga ter realizado atendimento a uma mulher que será encaminhada ao CREAS, devido a situações de violência praticadas pelo companheiro, uma mulher negra, moradora da vila das carrocinhas.(...) O objetivo neste encontro é conhecer os dados que me aproximem das mulheres, diante da impossibilidade de contato com elas neste momento. Rapidamente descobrimos que pelo CadÚnico, instrumento que coleta dados e informações sobre as famílias

atendidas, não é possível filtrar as informações de raça. Como se enfrenta aquilo que enquanto sociedade não queremos ver? (Diário de campo, 10/09/20) (COSTA, 2021, n.p.).

Pontuo, aqui, que ainda que esteja comprometida com a luta antirracista, escrevo do lugar de pesquisadora branca, que não sofre os efeitos do racismo. Mas ao compreender a branquitude que me constitui e que me beneficia, assumo o compromisso e o desafio constante de estar implicada na redução dos silêncios e silenciamentos relacionados ao racismo. Para compreender esse silenciamento, adentramos nas violências do racismo estrutural e, portanto, presentes nas estruturas das políticas e ações do estado, um silenciamento que fala diretamente da branquitude e sua presença privilegiada nos espaços de poder. Para pensar a elaboração e efetivação das políticas que escudem a existência das mulheres, se faz necessário estar atento ao paradoxo de que, os direitos humanos, ao enfatizar o ideário de universalidade e igualdade, a partir de um apagamento das diferenças que são construídas historicamente, podem operar enquanto parte das estratégias de dominação e, assim reproduzir violências (SPERANDIR *et al.*, 2021).

E quais os impactos destas violências quando se pensa em saúde mental das mulheres? De que maneira as violências se fazem presentes, e são reconhecidas nos serviços, atreladas a quadros de adoecimento? Nas narrativas, as mulheres vão indicando o percurso de sofrimento que, partindo das violências físicas e subjetivas vividas, levam aos serviços de saúde e a medicalização:

Essas coisas... que ninguém ia me querer, se eu largasse dele quem é que ia me querer sabe? Quem ia querer ficar comigo? Tipo todas as coisas assim sabe, e eu me sentia... e eu comecei a me sentir diminuída sabe. Isso eu me lembro, a minha autoestima começou a cair daí eu comecei a ficar mais presa assim sabe, mais quieta (...) Daí depois eu entrei em depressão, depois que ele morreu eu entrei em depressão e fiquei anos me tratando ainda me trato até hoje, eu trato com depressão. Me afetou muito assim essas coisas porque ele me aprontava muito e coisa (Shirley).

(...) Pela forma que ele me tratava, porque eu achava que eu era um lixo. E depois eu, eu botei na cabeça que eu era um estorvo para meus filho porque ele dizia né, que eu não era nada que eu era um lixo. Eu botei na cabeça que era um estorvo para os meus filho. Daí ele botou minhas filhas contra mim, daí eu tentei me matar, tentei tirar minha vida duas vezes. (...) Daí foi que eu entrei em depressão né, e é sofrido (Isaltina).

Zanello (2010), na sua análise sobre saúde mental e gênero, aponta para a necessidade de sensibilizar para os fatores estruturais presentes no sofrimento psíquico e, sobretudo, trazer as relações de gênero para o centro deste debate. Diante do tema, Zanello e Silva (2012) refletem que se pode perceber como o caráter social da doença mental se expressa

objetivamente na distribuição desigual entre homens e mulheres e entre diferentes classes sociais. Essas desigualdades, segundo as autoras, têm indicado alta prevalência dos transtornos mentais comuns¹¹ em mulheres, nos excluídos do mercado formal de trabalho, nos indivíduos de baixa renda e nos de baixa escolaridade.

No que se refere às situações de violência e suas demandas para alguns serviços de saúde e/ou sociais, Barbosa, Dimenstein e Leite (2014) ressaltaram a dificuldade de torná-los visíveis nos Centros de Atenção Psicossocial, pois além de não haver protocolos específicos que definam procedimentos para estes casos, não havia notificação. Em outro estudo também realizado por Zanello (2014), observou-se a invisibilidade da violência nestes serviços, ou seja, além de não ser notificada, não é entendida como fator configurador dos próprios transtornos diagnosticados nas mulheres.

Os silêncios que atravessam as vidas femininas no que diz respeito às violências não se limitam, portanto, às barreiras para que se reconheça ou se fale sobre o sofrimento nas esferas individuais ou familiares, mas os serviços de saúde e assistência corroboram com o discurso de silêncio, sob a justificativa de uma ciência dita neutra e imparcial, que universaliza os sujeitos e desconsidera as peculiaridades das demandas que se fazem na intersecção de gênero, raça e classe.

2.1.3 O barulho na mídia

Os modos de subjetivação, enquanto práticas em uma dada formação social, indicam as formas pelas quais os sujeitos se observam e se reconhecem, assim, refletir sobre os discursos que falam das mulheres em situações de violência e de que maneira as vozes da mídia produzem e fortalecem verdades sobre o feminino, se faz necessário para entender também as vozes desta pesquisa.

*Foi através de uma novela que eu olhei que eu não me lembro qual é a novela que eu estava assistindo e o marido fazia o mesmo que a mulher sabe, tratava a mulher como se ela fosse um lixo eu comecei a pensar mas o * (ex companheiro) me trata igual! É, isso que eu estou vivendo também é uma violência sabe, eu comecei a pensar daí. Eu disse: não, o que eu estou vivendo é uma violência né, doméstica (Isaltina).*

¹¹ Transtorno Mental Comum (TMC), termo utilizado por pesquisas no campo da epidemiologia psiquiátrica, é caracterizado por sintomas depressivos, estados de ansiedade, irritabilidade, fadiga, insônia, dificuldade de memória e concentração e queixas somáticas. Manifesta-se como uma mistura de sintomas somáticos, ansiosos e depressivos.

Entendi agora, muitos anos depois que meu pai morreu, que eu vi na TV as coisas que aconteciam, aí que eu fui entender que nós tinha sofrido abuso do pai e nem sabia, eu acho que nem a minha irmã sabia. Nós apanhava também bastante, a gente tinha que cuidar o que fazia, eu não podia ir no vizinho sem ele saber que se tu voltasse para casa ele te cagava a laço, era de cinta de vara. Era bem complicado... (Shirley).

Ele não era violento, mas ele era muito assim de ameaçar. Eu dizia assim, essas tuas ameaças aí, eu dizia pra ele, é só de boca. 'Ah mas eu te mato o dia que tiver mais homem, que eu ver tu com alguém na rua'. Foi onde eu comecei ver mais programa na TV, há, mas o homem ameaçou, mas o homem fez né, eu pensava assim não, daqui para frente eu vou pensar assim: ele me ameaça eu ligo pra polícia (Lia).

A mídia, e especialmente a televisão, se coloca como operador na constituição das mulheres e das subjetividades na medida em que produz imagens, significações e saberes que de alguma forma se dirigem à “educação” das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem. Assim, como aponta Fischer (2002), sobre o dispositivo pedagógico da mídia, mais do que apresentar uma série de enunciados de várias formações discursivas – formações que disputam na sociedade uma espécie de hegemonia das significações –, a mídia constrói, reforça e multiplica enunciados propriamente seus, em sintonia ou não com outros discursos e outras instâncias de poder. A autora fala de um processo concreto de comunicação em que se contempla a análise:

Não só questões de linguagem, de estratégias de construção de produtos culturais, apoiada em teorias mais diretamente dirigidas à compreensão dos processos de comunicação e informação, mas sobretudo questões que se relacionam ao poder e a formas de subjetivação (FISCHER, 2002, p. 155).

Buscando entender como os discursos sobre a mulher que sofre violência, presentes na mídia, subjetiva as mulheres, encontro nas vozes desta pesquisa o quanto se “reconhecer” nas histórias contadas produz uma construção de si ao abrir possibilidades de considerar algumas saídas para as situações de violência, ou ainda, na tentativa de evitar estas situações. Esse protagonismo das mulheres de diferentes faixas de idade e de situações sociais em inúmeras e diferenciadas formas de confissão presentes na mídia, as posiciona como sujeitos falantes e igualmente como sujeitos a serem formados, educados, ou seja, como sujeitos cada vez mais necessitados de normas e procedimentos para permanentemente “cuidarem de si” (FISCHER, 2002).

Mas desde um dia que eu olhei uma reportagem na televisão de uma mulher que o cara batia, batia, batia, batia nela. E a filha dela um dia ela estava, ele bateu nela e saiu. E a filhinha dela veio pôs sua mão no rosto dela e disse assim: por que que tu não bate nele também? Porque que tu não chama a polícia, por que que tu deixa ele

te bater? A mulher contando né, e daí ela disse que a criança passou a mão no rosto dela assim, daí o homem chegou no outro dia bêbado, de novo drogado e de madrugada quis agredir ela de novo e daí desde daquele dia ela nunca mais deixou. Ninguém agredia ela né? Por causa da filhinha dela ela enfrentou ele, enfrentou um monte de gente... daí eu pensei: se ela pode enfrentar, uma criança fazer ela enxergar que ela pode, eu também posso (Maria do Rosário).

Eu vim para casa e olhei (televisão)... verdade, a realidade tá dentro da minha casa, ele é usuário de droga, hoje ele não faz, mais amanhã ele pode fazer quando ele tiver drogado, ele pode matar eu, ele pode estuprar uma das minhas meninas. Eu pensei não, eu não quero isso pras minha filhas, eu não quero isso, eu não fui estuprada porque as minhas filha vão ser estuprada né, pensei assim porque hoje ele me ajuda... um mês ele tava na droga, no outro mês ele trabalhava me ajudava, mas um dia ele pode me matar, pode fazer qualquer coisa pras minhas filha, onde eu dei um basta na vida e disse não. Eu não quero um homem encostado nas minhas costas, tá sustentando um usuário de drogas, que ele pode fazer uma maldade com as minhas filha, foi onde eu pensei, não. No outro dia peguei, chamei elas e disse: eu não quero mais saber dele. Vou da parte dele, vou lá de novo da parte, vou falar pra mulher: não quero saber dele na minha casa (Lia).

Está mostrando na televisão e tudo que a gente vê que cada vez tá pior né, para as mulheres infelizmente. Mas eu tento mostrar para ela (a filha) ao máximo, eu mais cuidado do que ensino né porque eu tenho aquele receio. Mas eu explico pra ela que nem todo lugar é seguro, nem toda pessoa é seguro, que pessoa de carro estranho a gente não conversa, com gente estranha a gente não pega nada. Porque infelizmente é assim que eles fazem né, com as meninas... eu explico pra ela não pegar nada dos outros né? Não pode pegar nada, não conversar com estranhos melhor ainda né, porque a gente não sabe quem é. E evitar de deixar ela sozinha na rua é o que eu mais faço, eu não deixo ela ir em lugar algum sem eu estar junto (Mary).

Há que se considerar, no entanto, que nos discursos que falam sobre e para as mulheres não existe uma via única, eles são tensionados em dimensões que ora se voltam especificamente para a mulher que sofre violência, ampliando os espaços em que se ouve a sua voz, com o intuito de fazer com que a violência seja denunciada e trazer à tona o que antes estava oculto pelo silêncio, ao mesmo tempo que legitimam a desigualdade entre os gêneros presentes nos dispositivos materno e amoroso, normalizando certas práticas em nome do casamento e do amor romântico e atrelando a existência feminina à posição de cuidadora do lar e dos filhos, em que prevalece justamente o imperativo do silêncio doméstico.

2.2 Quem escuta?

Mesmo diante da solidão e do silêncio, os quais tantas vezes invadem a existência das mulheres, alguns movimentos de quem se propõem a escutar os gritos produzidos pela violência vão sendo percebidos nas diferentes histórias de vida. Sagot (2000) observa que entre os fatores externos responsáveis por contribuir com o fim dos ciclos de violência está, de maneira significativa, o apoio de pessoas próximas, além de recursos materiais,

informações e qualidade de serviços prestados pela rede socioinstitucional. O que se percebe é que nas pessoas que apoiam, nos lugares de amparo, nas instituições de referência, de forma significativa quem escuta são, principalmente, outras mulheres.

Então quase realmente eu fui parar ambulância, mas eu consegui, cheguei lá na minha mãe toda machucada porque eu tinha apanhado bastante, meus parentes me apoiaram naquela hora né e daí pra frente foi sozinha que eu consegui seguir (Mirtes).

Eu tive um tempo assim que eu queria só dormir, só ficar na cama quieta sem falar com ninguém chorar, chorar, chorar o dia inteiro. Tá, daí um dia eu fui no postinho lá né, como era bem amiga das enfermeira, a enfermeira olhou assim pra mim: 'tu não está bem, tu precisa urgente de um médico, de ajuda' (Isaltina).

Eu consegui me ajudar e as minhas irmã me ajudavam, então nós semo as psicóloga, entre nós mesmo a gente consegue se ajuda. E eu escuto bastante elas como elas me escutam (Aramides).

A única pessoa que me escutava mesmo assim, pra conversar quando tem problema alguma coisa era a minha mãe. Ali eu não posso conversar com ninguém, a única que me escuta é a minha guria. Eu e ela conversemo... Ela conta né, o que ela sente, daí eu conto, nós conversemo assim eu e ela. Por isso que se diz né, que amiga é a mãe né? Na rua tu não pode contar com ninguém (Adelha).

Se muitas vezes o amparo fica centrado na família e mulheres próximas, as campanhas educativas para enfrentamento à violência se colocam como produtoras de efeito de escuta. Romper o silêncio é uma questão central nas campanhas¹², que propõem diferentes formas para romper da violência, ao mesmo tempo que indicam possíveis caminhos de acesso a direitos:

(...) agora tem uma coisa que escreve na mão, tem uns outros sinal gente, é só fazer um sinal... não precisa chegar e contar não, tem tantos sinais(...) todo mundo tem o direito agora toda mulher tem né, é só saber se defender, olha agora há poucos dias nós passemo um caso, um cara cortou toda uma moça aqui na frente da nossa esquina. Eu disse para ela: tu quer larga dele vamos procurar os direito. Fomos, graças a Deus levaram ela pra um lugar, eu não sei para onde, agora disse que ela voltou para casa, tá bem bonita e ele não pode mais chegar perto dela... todo mundo tem direito agora (Lia).

¹² Entre as campanhas, algumas ganharam força durante a pandemia, a campanha Sinal Vermelho, do Conselho Nacional de Justiça e da Associação dos Magistrados Brasileiros (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2020). Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoefs/violencia-contra-a-mulher/campanha-sinal-vermelho/>. Acesso em: 14 out. 2021.

No estado do Rio Grande do Sul a campanha Máscara Roxa, do Comitê Gaúcho Impulsor Eles por Elas/*He for She*, ligado à ONU Mulheres, e em parceria com órgãos da segurança, do Judiciário e do setor privado (VIESSERI, 2021). Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2021/04/mascara-roxa-campanha-de-denuncia-de-violencia-contra-a-mulher-em-farmacias-tem-88-registros-e-duas-prisoef-ckn9mztcs00930198lapgkr7y.html>. Acesso em: 14 out. 2021.

Na luta pelos direitos das mulheres no Brasil, destaca-se a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), implementada como grande avanço na garantia dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, impulsionada e construída por integrantes do movimento feminista. A Lei Maria da Penha hoje é o dispositivo legal no qual todos os serviços especializados e não-especializados de atendimento à violência contra as mulheres se apoiam para desenvolver suas ações e trata do crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, definindo quais tipos de crimes estariam dentro desse escopo: a violência física, sexual, psicológica, moral e patrimonial.

Dar parte na polícia era pior, chegava em casa e ainda tem que apanhar, porque tinha que voltar para casa, não tinha onde ficar, não tinha para onde correr, que nem hoje tem a Maria da Penha... é obrigado a ficar longe e coisrada né, aquele tempo não tinha o que fazer (Mirtes).

Rago (2017), na discussão sobre o paradoxo dos direitos com base na teoria foucaultiana, pondera que os direitos específicos, assim como o de combate à violência, certamente contribuem para o enfrentamento desta realidade, mas, ao mesmo tempo, constroem ao definir as identidades femininas e a heterossexualidade pelo discurso da jurisprudência liberal, que desde sempre subordinou as mulheres. A autora lembra que os direitos produzem os sujeitos e se colocam a partir de um discurso regulatório, “na lei, gênero é meio que tratado como sinônimo de heterossexual e a maneira pela qual a categoria mulher é produzida por normas heterossexuais fica intocada nesses enfoques” (RAGO, 2017, p. 235). Neste sentido, Butler, a partir de Foucault, diz:

Foucault observa que os sistemas jurídicos de poder *produzem* os sujeitos que subsequentemente passam a representar. As noções jurídicas de poder parecem regular a vida política em termos puramente negativos – isto é, por meio da limitação, proibição, regulamentação, controle e mesmo “proteção” dos indivíduos relacionados àquela estrutura política, mediante uma ação contingente e retratável de escolha. Porém em virtude de a elas estarem condicionados, os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e produzidos de acordo com as exigências delas (BUTLER, 2003, p. 18).

Desta forma, através da Lei Maria da Penha e do sistema jurídico, reafirma-se a dicotomia homem-agressor e mulher-vítima, que polariza as discussões em torno da violência contra as mulheres. Delegar aos homens somente uma questão punitiva sem um investimento efetivo, que inclua recursos humanos e financeiros na possibilidade de outros modos de subjetivação que não por meio da violência, pode vir a tornar ineficazes as próprias políticas voltadas para as mulheres, uma vez que se coloca somente parte da questão.

No que diz respeito à superação da violência, a Lei Maria da Penha está nas falas de quase todas as mulheres como um facilitador e, em conformidade com estudos que pesquisam a rota crítica percorrida pelas mulheres no enfrentamento das situações de violência (MENEGHEL *et al.*, 2011), após a decisão de denunciar, as mulheres geralmente se dirigem a uma delegacia de polícia ou da mulher:

Daí eu disse assim não, agora chega eu esperei ele sair pra trabalhar peguei e fui na delegacia e dei parte dele. Porque eu tinha uma delegacia da mulher bem pertinho da minha casa. Tá, eu peguei fui lá e conversei com eles né? Daí eles me explicaram, fizeram ele sair de dentro de casa, me deram um papel. Como é que é? Proteção... contra a mulher né, daí eu peguei aquilo ali e tirei ele de dentro de casa (Isaltina.).

Até que a última vez agora quando a gente se separou, foi braba a coisa mesmo. E aí cheguei lá na delegacia falei: policial agora deu, vai ser a última vez que eu vou vir aqui e vai ser a última vez que ele vai entrar dentro da minha casa para me humilhar. E foi mesmo. Agora eu não levo mais desaforo de jeito nenhum, chega (Maria do Rosário).

Eu apanhei uma vez do pai do meu guri, do meu mais velho. (...) Ele bateu em mim só uma vez, a mãe chamou os homens para ele, o meu padrasto. Depois daquela vez nunca mais ele me deu um tapa, ele ficou processado daí. Eles ainda falaram, se tu der nela de novo nós vamos te levar na marra (Adelha).

Mesmo que entendam o lugar de amparo na lei, produzido pelo direito de afastar os agressores, isto não é estanque, escapam nas falas também a percepção de que as medidas tomadas para enfrentar a violência têm sido paliativas frente ao seu complexo emaranhado de significados e práticas.

Ela (a irmã) foi para Maria da Penha e tudo, mas não adiantou nada, ele tinha que ficar a 60m longe, mas ele não ficava. Ele nunca obedeceu, até que chegou um ponto que o meu irmão mais velho daí deu um basta não deixou mais. (...) daí nós ficamos traumatizado nessa parte ali né de ver ela sofrer né e a gente sendo irmão... eu era pequenininha e eu me lembro dela de ver ela apanhando na rua de um homem só porque ela não quis ser casada com ele, porque ela sofria dentro de casa já né? Daí já via a vulnerabilidade dela. De ver ela apanhando e ninguém fazer nada, simplesmente ninguém fazer nada (Mary).

2.2.1 Políticas públicas de assistência social e práticas psicológicas

Diante das condições de vulnerabilidade social que acomete a vida das mulheres e o significativo impacto da violência na construção das subjetividades, se faz necessário o entendimento de como se estruturam atualmente as políticas públicas de atenção à mulher e suas implicações na escuta das vulnerabilidades. Ao direcionar o olhar em específico para

município de Santa Cruz do Sul, onde ocorreu a produção de dados, podemos entender como a rede intersetorial de proteção à mulher se estrutura e efetiva.

Conforme levantamento realizado por Dentz e Froemming (2020), fazem parte da rede o Escritório de Defesa dos Direitos da Mulher; a Casa de Passagem para Mulheres em situação de violência e o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres, além dos órgãos de segurança, como a Delegacias da Mulher, Delegacia de Pronto atendimento, Sala das Margaridas, Brigada Militar (patrulha Maria da Penha). Esses órgãos atendem diretamente mulheres em situação de violência, recebem ocorrências e realizam visitas. Há ainda o atendimento sociojurídico realizado pela Universidade de Santa Cruz do Sul por meio do Gabinete de Assistência Judiciária (GAJ).

Na política de saúde, os atendimentos e ações realizados pelas unidades básicas de saúde da rede pública trazem estratégias que ressaltam a violência contra a mulher como um problema de saúde pública, todavia, não se identificam projetos ou campanhas contínuas acenando para a problemática. No que se refere a trabalho e renda, grupos de produção em cooperativa de mulheres, envolvendo empresas, sindicatos, tanto em comunidades urbanas e rurais são atuantes. Em Santa Cruz do Sul, na Cooperativa de Catadores e Recicladores de Santa Cruz do Sul (COOMCAT), com grupos de mulheres catadoras juntamente com grupos de mulheres rurais em parceria com Associação Riograndense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), vendem seus produtos artesanais o advindos da agricultura familiar. Na política de Educação, notam-se atividades de esclarecimento e conscientização em relação à violência contra a mulher, que envolve pais, alunos, professores, corpo pedagógico da rede pública e privada. O município de Santa Cruz do Sul possui Lei municipal, deliberada pelo Conselho Municipal de Direitos da Mulher, que estabelece que o tema violências contra a mulher seja transversal nas escolas municipais bem como a Lei Maria da Pena. Todavia, na prática o trabalho não se efetiva de fato (VON DENTZ; FROEMMING, 2020).

Na política de habitação, segundo as autoras, o trabalho técnico social desenvolvido por assistentes sociais possibilita a esse público o acesso à moradia e condições inerentes à cidadania. Quando se trata da mulher agredida, chefe de família, é garantida a prioridade em programas habitacionais. Nesse aspecto, muitas mulheres em situação de violência pedem acolhimento na casa da mulher. Sem ter onde morar, ao invés de voltarem para suas casas ou irem para a casa de parentes elas, provisoriamente, ficam na casa de passagem. No município há ainda a possibilidade de que, através do aluguel social, a mulher passe a receber valor de

um aluguel em uma moradia de sua escolha, com valor determinado pela lei. A mulher deve ser contemplada como público prioritário em programas habitacionais.

No que diz respeito em específico à política de Assistência Social do município, as autoras indicam que elas têm garantido prioridade a mulheres vítimas de violência nos critérios de seleção em programas de proteção social e outros na garantia de renda mínima. Atualmente o município conta com dois Centros de Referência da Assistência Social e o Centro de Referência Especializada da Assistência Social que atende como equipe de referência no acolhimento de mulheres em situação de violência de Santa Cruz para a casa de passagem e equipe de referência pós-desligamento institucional. No entanto, se percebe a existência de demanda reprimida nesse segmento, em que o serviço atende todos os tipos de violações de direitos, não suportando a atual demanda.

Ao atentar à dimensão das políticas públicas de assistência social e como ela se efetiva na vida das mulheres, entendo sua importância como porta de entrada para mulheres que se constituem atravessadas por vulnerabilidades diversas e expostas a situações de violência, marcando também a busca pelo encontro das práticas psicológicas e seus caminhos de ação nestes contextos.

Retomar, portanto, a trajetória percorrida pela Assistência Social, nas últimas décadas, orienta o enfrentamento dos desafios atuais, entendendo seu impacto de mudança na vida das mulheres. Um marco para proteção social no Brasil foi a instituição da Seguridade Social pela Constituição Federal de 1988, composta pelo tripé saúde, previdência social e assistência social, propondo-se a ampliar a cobertura da proteção social no intuito de reduzir a pobreza e as desigualdades. No âmbito da assistência social, na década seguinte ocorreram avanços nos processos da reforma da política assistencial, porém sem resultar em grandes mudanças no modelo em que os serviços assistenciais eram ofertados (VAITSMAN; ANDRADE; FARIAS, 2009).

No processo de consolidação da proteção social, foram realizadas outras alterações legislativas, como a homologação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que trouxe novas discussões políticas e institucionais para as ações socioassistenciais. Mas é somente em 2004 que a discussão de ações governamentais direcionadas ao enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais ganha relevância na agenda de governo, expandindo recursos e cobertura de benefícios e serviços assistenciais. Neste período ocorre uma nova estruturação da assistência social, com a implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), que estabelece em suas diretrizes a descentralização política-administrativa, o atendimento a quem

dele necessitar, independente da contribuição à seguridade social, e a participação da comunidade (BRASIL, 2005).

Constitui-se então, como propósito do SUAS, a promoção da equidade no alcance das necessidades de indivíduos em situação de vulnerabilidade social e grupos específicos em maiores graus de riscos sociais, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

Conforme Cruz e Guareschi (2012), este novo modelo de gestão das políticas prioriza a família como foco da atenção e o território como base da organização das ações e dos serviços em dois níveis de atenção: a proteção social básica e a proteção social especial. A Proteção Social Básica tem o objetivo de prevenir situações de risco e de vulnerabilidade social, que são entendidas como fragilidades decorrentes da pobreza, ausência de renda, enfraquecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários, falta de acesso aos serviços públicos – principalmente saúde e educação, bem como situações de discriminação que podem ser relacionadas a questões geracionais, étnicas, raciais, de deficiência e gênero (BRASIL, 2005). Este nível de proteção prevê, para tanto, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. E é nos espaços dos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS que se formalizam ações voltadas para a proteção básica.

Assim como descrito na Política Nacional de Assistência (BRASIL, 2005), os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial. Deverão, ainda, se articular aos serviços de proteção especial, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários. Na experiência das mulheres, as políticas de assistência se evidenciam de maneiras diversas, por vezes despontando como referência de apoio e acesso a direitos relacionados, principalmente no que diz respeito à insegurança alimentar e moradia.

*O CRAS é como se fosse minha casa, os dois pequenos, os três meus vieram pra cá. A ** (coordenadora do CRAS) conhece meus filhos igual acho ela conhece os funcionários aqui. Porque a minha mais velha veio, vinha pra cá fazer oficina e tal e sempre fui apoiada aqui dentro. Até hoje eu sempre tive um apoio tanto da ** quanto das gurias aqui, não posso me queixar, uma coisa muito boa, um lugar muito bom de se viver e conviver com eles. (...), então pra nós da comunidade, pra mim assim, não posso me queixar de nada (Aramides).*

Igual eu ganho bolsa né, bolsa não é muito mais ajuda para pagar água e luz né, e daí eu vivo de doação, o centro marista ajuda, o colégio ajuda, eu faço faxina, faço bastante faxina também. Carteira assinada né, que eu sempre trabalhava né todo ano eu trabalhava, daí aconteceu a pandemia daí não teve oportunidade né pra voltar a trabalhar (Saura).

Assim eu ganho bolsa família e aí quando eu vou lá no CRAS também eles ajudam né? (...) Da prefeitura eu só consegui a casa né? De madeira. Daí eu consegui uma parte, mas como é que eu estava trabalhando aqui já fazia um ano eu consegui fazer um empréstimo e daí eu como consegui mais um pedaço da casa, daí eu consegui minha casa (Maria do Rosário).

Tô esperando minha casa nova (...) Eu já assinei os papel eu já fiz a vistoria da caixa. Eu só espero ganhar agora, eu já conheço ela, já vi, no bairro Santa Maria do outro lado ali tem a ponte já tem tudo só falta ele me entregar daí fica melhor ainda. Daí eu vou começar tudo de novo comprar as coisas para dentro de casa né, daí não vai entrar mais água né para estragar de novo. Nós pegamos só duas enchente ali, uma em 2014 e 2015 não me recordo bem, e a outra a pior foi esse ano essa foi terrível porque essa chegou na janela quase água, na minha geladeira minha máquina tudo, molhou tudo. Só que daí eu achei que estraga tudo, minha geladeira minhas coisas né, daí eu achei comecei a chorar, por que como eu vou comprar tudo de novo muitas coisas são caras né? (Mary).

(...) fui arrumar emprego para mim né de faxina e estou fazendo faxina, mas até hoje. E costurando em casa, daí eu queria uma máquina de costura né daí veio o auxílio (emergencial) né, aí eu digo com o auxílio vou comprar minha máquina e comprei. Comprei minha máquina (Isaltina).

La no CRAS sim, eu já conversei com as gurias lá também. Elas que vão me dar uma mão para casa porque pelo jeito que eu estou sabendo agora eu ganho a minha casa que eu fui fazer revisão né, que eles pedem pra gente fazer, dar uma revisada na casa se não tem nada errado sabe? Fui lá fiz a revisão tá tudo certo, é só a chave agora. Tô esperando (Adelha).

Outras vezes, as políticas se mostram insuficientes, inacessíveis e distante das mulheres, ou não são entendidas como efetivas no enfrentamento das múltiplas situações de vulnerabilidade, principalmente as associadas às necessidades que são objetivas, tais como as condições precárias de vida, privação de renda e privação de acesso aos serviços públicos. Quando falam das necessidades subjetivas, decorrentes de experiências de violência, desvalorização, discriminação e exploração vivenciadas no âmbito familiar, comunitário e social, ainda mais evidente fica a fragilidade dos vínculos e o enfrentamento solitário que realizam, de modo que as políticas não são visíveis nas narrativas.

Não, aquele tempo a gente ganhava os tickets de leite, do estado e da prefeitura, né? Do estado acho que era ou do governo, sei que a gente ganhava os ticket de leite, daí como não tinha dinheiro... trocava os ticket de leite na venda por comida. Daí depois que passou ajudando, ela tinha 8 anos... 7 quando me separei, quando ela tinha 13 anos a gente começou a ganhar a bolsa família, quando ela estudava né daí a gente ganhava 15 reais aquele tempo, por mês. Aí depois passou, a gente ganhou mais 15 pro bujão de gás naquele tempo era 30 reais. Era essa ajuda que eu tinha do governo. Não tinha mais... o resto era eu mesma, meus irmão, minha mãe... Sempre fazendo o que a gente podia fazer por eles né... mas tava bom (Mirtes).

Não, eles me tiraram o bolsa família não sei o porquê. Daí me inscrevi nas casinhas não ganhei também... tá louco (Isaltina).

*Eu fui até pedir uma sacola né, quando agora no começo do ano, eu fui lá pedir uma sacola, eu vim pedir uma sacola pra *** (profissional do centro Marista), aí a *** disse que não tinha. Mas essa semana ia vim, mas ela disse: vai lá no CRAS, eles tão dando... daí eu cheguei lá eles falaram que eles não tinha para dar, (...) há muito tempo atrás já foi uma assistente social na minha casa, é que eu tinha pedido quando deu aquele alagamento, aquela enchente, fui pedir algumas coisas lá. Mas na hora que eu precisava da minha casa, eu ia lá pedir pra vim arrumar meu banheiro nunca contei com a prefeitura pra isso, que eles nunca me ajudaram (Saura).*

*Na verdade, eu não tenho onde morar, eu moro na casa dos outros né? Eu não tenho minha própria casa, então isso eu sempre penso que eu quero ter minha casa sabe? Só que daí eu queria me inscrever nas casinha, daquela vez mas daí nas casinha eu me atrasei daí não consegui mais. (...) Só quando é aqui né no Marista, que às vezes tem doação de roupa ou as vezes ele faz um brechó ali e eu venho dar uma olhada. Mas não, a *** agora marcou para mim para ir no CRAS né, para pegar mais roupa também, mas só mais pro fim do mês, desse tipo assim (Shirley).*

No que diz respeito ao enfrentamento das violências de gênero no ambiente intrafamiliar, não se identificam nas entrevistas, ações da proteção básica ou especial que tenham atendido as mulheres diretamente. No entanto, a temática da violência já se mostrava mobilizadora aos técnicos do CRAS quando comecei as minhas aproximações ao campo de pesquisa. O movimento de formalizar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para as mulheres que estavam vivenciando situações de vulnerabilidade ou de violações de direito, que poderiam ter os vínculos familiares e comunitários fortalecidos ou reconstruídos, já se colocava em pauta, e se efetivava de maneira inicial na oficina de costura (infelizmente interrompida em função da pandemia).

As mulheres participantes da oficina, no breve contato de apresentação da pesquisa e do termo de consentimento, apontaram as vulnerabilidades presentes em suas vidas, falaram sobre racismo, sobre acesso à renda, sobre organização familiar e violências. Boa parte delas beneficiárias do programa Bolsa Família, viam na costura aprendida nas oficinas caminho para ampliação da renda familiar:

O início da pandemia e a suspensão das atividades da oficina demarca também a existência de outro fator, o desejo das mulheres participantes, acompanhadas da oficina, em transformar a produção das oficinas em incremento de renda. Isso se coloca como um impasse, já que a preparação para o trabalho e inclusão produtiva não compõem o rol de ações implementadas pelo PAIF. Tempo depois fico sabendo pela psicóloga do serviço que a oficina saiu do CRAS e montou uma empresa de costura com algumas das mulheres do grupo (Diário de campo, 22/02/2021) (COSTA, 2021, n.p.).

Seguindo na linha de tensionamento no que diz respeito às políticas públicas de amparo às mulheres e à complexidade do fenômeno da violência, podemos entender que elas não escapam à governamentalidade¹³ neoliberal e seu desejo de conduzir a conduta femininas. Já que:

Seria interessante que as mulheres fossem emancipadas da opressão masculina e que pudessem realizar suas tarefas empresariais com mais habilidade, lucratividade e liberdade, inclusive formando-se profissionalmente, isto é, investindo nos seus ‘recursos adquiridos’, para além dos genéticos (RAGO, 2017, p. 233).

No entanto, no contato com as mulheres participantes do grupo de costura já se identificava o impacto deste espaço na subjetividade das mulheres, não exclusivamente como um caminho para produção de renda ou emancipação que corresponda à lógica neoliberal, mas na construção de subjetividades e afirmação das singularidades que permitam criar outras formas de vida, outros vínculos de amizade e de sociabilidade que não reproduzissem a competitividade e o consumo.

(...) e ela falou tu quer ir ali na máquina e me ensinou tudo como colocar a agulha a linha e tal, aí eu comecei ali. Pra mim foi uma aprendizagem assim, tanto na relação com as colegas tanto na aprendizagem de costura, foi muito bom. Tanto que hoje nós temos o nosso grupo ainda, sabe, a gente conversa, troca mensagem, foi bem legal (Aramides).

Eu passei acho que um ano e meio que eu vim para cá eu acho que foi é, foi muito bom quando eu fazia a costura aqui, que eu adorava. Foi na época da depressão foi bem ali. Que elas me acompanharam tudo né? Me ajudava bastante eu sair de dentro de casa eu vim aqui conversar com elas eu dava risada né que era bom né? Eu gostava (Isaltina).

Estes são espaços, como lembra Rago (2017), que ampliam a transgressão dos processos recorrentes de normalização e afirmam suas próprias ações. Nesse sentido, também estes programas podem ser utilizados como formas de resistência à captura pelas tecnologias

¹³ “Por ‘governamentalidade’ entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2004 *apud* CANDIOTTO, 2010, p. 39).

da governamentalidade, “evidenciando-se o desejo de não serem governadas e de criarem outras possibilidades de constituição da subjetividade feminina, ponto fundamental para os feminismos” (RAGO, 2017, p. 236).

No contexto das políticas públicas e das práticas psicológicas, o olhar atento à interseccionalidade e à exposição à violência auxilia na compreensão de como as desigualdades sociais são vividas pelos sujeitos e quais os lugares e alianças possíveis para a psicologia. O psicólogo está entre os técnicos previstos nas equipes mínimas de atuação nos CRAS, e a atuação deve estar voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas (CREPOP, 2008).¹⁴

As práticas psicológicas e a atenção dos técnicos no CRAS, portanto, são voltadas ao público usuário dos serviços de assistência social: sujeitos em situação de vulnerabilidade. E na busca de uma atuação que não estigmatize sujeitos em suas vulnerabilidades, há de se considerar os elementos coletivos e o contexto das suscetibilidades aos agravos, voltando-se para a compreensão do fenômeno como um todo. Neste contexto, Carmo e Guizardi (2018, p. 7) apontam que:

Muito embora possamos considerar que a vulnerabilidade se instale, em maior grau, nas populações pobres, nas sociedades capitalistas contemporâneas, em que as relações sociais se desenvolvem por modos marcadamente complexos, a questão econômica é relevante, porém não determinante. Devido ao precário acesso à renda, os sujeitos ficam privados ou acessam com mais dificuldade os meios de superação das vulnerabilidades vivenciadas, sejam tais meios materiais ou capacidades impalpáveis, como a autonomia, a liberdade, o autorrespeito. É nesse sentido que se torna possível associar a vulnerabilidade à precariedade no acesso à garantia de direitos e proteção social caracterizando a ocorrência de incertezas e inseguranças e o frágil ou nulo acesso a serviços e recursos para a manutenção da vida com qualidade.

Produzir intervenções e atuações voltadas para as potências transformadoras de vulnerabilidades é um desafio na prática dos psicólogos e demais técnicos dos serviços, em especial quando diante da problemática da violência. Esses trabalhadores se veem, assim como apontaram Guattari e Rolnik (1996), em uma encruzilhada política e micropolítica fundamental, entendendo que este campo de atuação não permite uma suposta neutralidade.

¹⁴ O CREPOP é uma iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs), criado em 2006 para promover a qualificação da atuação profissional de psicólogas/os que atuam nas diversas políticas públicas, tendo um papel técnico, ético e político com o objetivo de sistematizar e difundir o conhecimento sobre a interface entre Psicologia e políticas públicas. A escrita das referências é feita por profissionais especialistas e com reconhecimento na área e o documento passa por uma consulta pública, onde psicólogas de todo o país referendam a produção, para então ela ser publicada. Informações disponíveis no site: <http://crepop.pol.org.br/>.

Para os autores, ao se interessar pelo discurso do outro, o profissional social precisa articular com os agenciamentos, assumindo sua responsabilidade no contato com os modos de subjetivação dominantes que impedem a criação de saídas para os processos de singularização.

Há de se pensar nas costuras conceituais entre as políticas públicas socioassistenciais, as práticas psicológicas, vulnerabilidades e exposição à violência das mulheres, para compreender as implicações que dão sustentação às formas de atendimento e aos modelos de atenção institucional que estão sendo oferecidos a sujeitos reconhecidos como vulneráveis. A partir da concepção histórica de Foucault (2001), a política pública de assistência social é também um campo de forças em luta, onde discursos e saberes se produzem e se confrontam. A partir destes embates, emergem saberes e práticas dominantes que constroem e reforçam certos modos de vida.

Nas narrativas, as práticas psicológicas se fazem presentes, e o lugar entendido ao psicólogo na vida das mulheres ainda está repleto de um suposto saber, que, pautado na cientificidade, possa direcionar as condutas. De modo que é indissociável pensar nos discursos psicológicos e sua implicação na produção de verdades sobre gênero, classe, raça, vulnerabilidade e violência:

Daí que eu ia nessa psicóloga lá, um dia ela disse pra mim que não era mais pra mim discutir com ele quando ele começasse discutir comigo era para sair e deixar ele falando sozinho, se ele chegasse bêbado era para mim sair... mas como é que eu vou sair de dentro da minha casa? Aí um dia ele chegou muito drogado muito bêbado peguei as crianças e saí de dentro de casa e fui pra a casa duma prima. E daí minha prima disse pra mim, tu não pode sair de dentro da tua casa. Como é que tu vai sair de dentro da tua casa? Mas eu saio porque eu não deixo ele me bater, aí ele me ofende demais.. tá doído... uma coisa horrorosa sabe? E ela disse não, tu tem tenho que bater o pé. E desde ali eu bati pé, bati pé, bati pé (Maria do Rosário).

*É a *** (profissional do Centro Marista) disse que era para mim procurar uma psicóloga né. E daí conversar sabe que daí da aquele alívio na gente, a minha guria quando ela veio aqui ela disse, mãe sabia conversando com a psicóloga é bom, tu te sente mais aliviado... (Adelha).*

Ah, de ver muita violência na TV, eu pensava assim ó lá no Rio de Janeiro o cara matou a mulher, não vai acontecer aqui com nós. Ou muitas vezes eu olhava o padrasto estuprou a criança dentro de casa. Sabe? Até eu passar uma vez por um psicólogo e ele dizer, eu contei para ele e ele dizer: não é só lá a realidade está aqui, a realidade pode um dia estar dentro da tua casa também. E é isso que tu quer? (Lia).

Daí eu falei que o psicólogo né delas me encaminharam para o CAPS né, daí eu fui me tratar no CAPS tudo me tratei um tempo lá, daí eu botei na cabeça que não, que eu não precisava disso que eu vou me erguer, eu não sou essa mulher fraca. Eu não

sou essa mulher fraca, não sou. Por tudo tudo que eu já passei eu não sou, daí eu peguei comecei a me erguer de novo né? (Isaltina).

Enquanto pesquisadora e psicóloga, entendo o movimento produtor da pesquisa-intervenção que se faz real na potência do contato. O conhecer é também fazer, produzindo reflexões e tensionamentos. As entrevistas evidenciam que pesquisar-intervir não diz de descobrir o que já "está" ou que já "é" e sim, "interferir no entre das forças onde se encontram as condições para a produção e transformação de mundos" (AMADOR; LAZZAROTTO; SANTOS, 2015, p. 243).

Eu tô bem, até a dor meu estômago passou... Acho que é os nervos né, diz que é os nervo, que a gente não tem ninguém pra conversar sabe? Aí parece uma pedra dentro do estômago da gente... Mas já foi bom conversar contigo (Adelha).

Até falei coisas que eu nunca tinha falado... Ai é alívio, eu sei lá porque tem coisas que eu não falo para ninguém. Eu guardo só para mim e tem gente que diz que é ruim né? (Isaltina).

Fica impossível segurar os questionamentos na potência do que tem sido os encontros. Se Clarice escrevia para estar viva, eu escuto pelo mesmo fim, para ser também 'um coração batendo no mundo' (LISPECTOR, 1998b, p. 33) (Diário de Campo, 01/06/2021) (COSTA, 2021, n.p.).

2.3 Resistências

*Eu não me vejo na palavra fêmea
Alvo de caça
Conformada, vítima
Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar
(Francisco, el Hombre - Triste, louca ou má)*

No processo cartográfico vou aprendendo a queimar velhos mapas e traçar novas estradas, entendendo alguns movimentos que podem romper com as durezas dos enquadramentos de gênero, sexualidade, classe e raça, e produzir alternativas outras de existências que vão além da violência. Percorro os caminhos de resistência traçados pelas mulheres. Caminhos construídos de práticas que são potencializadoras de outros modos de existência e são forças capazes de compor outras formas de vida, vidas que agem, denunciam a precarização, formam parcerias, lutam diariamente para serem ouvidas.

Nos caminhos de resistência, as mulheres atravessam o cotidiano de agressões sofridas que coloca seus corpos entre os assujeitamentos e a resistência. Mas, assim como nos lembram Silveira, Nardi e Spindler (2014), a teoria foucaultiana fala da intransigência da liberdade e de quanto o poder também é produtivo, pois, assim como produz assujeitamentos, também produz a necessidade de lutar, de criar estratégias para dinamizar o jogo de forças que as opressões impõem. Uma vez que o conjunto de regramentos sociais no qual o sujeito está imerso não permite a inexistência de dominação, a capacidade de resistir se faz presente quando existe liberdade.

Dessa maneira, por mais duras que sejam as situações narradas nas histórias de vida, ao tensionar os discursos que normatizam e regulamentam as experiências enquanto mulheres, elas experienciam modos de ser mais alinhados às práticas de liberdade, em movimentos de resistência que as distanciam de uma possível estigmatização relacionada à ideia de vulnerabilidade, que possa tentar posicioná-las em um lugar de fragilidade e incapacidade. Mas, ao mesmo tempo, as narrativas indicam a singularidade das suas histórias e fazem eco para permitir visíveis as dores, as angústias e as violências que atravessam suas existências.

Como pensado por Foucault (1995) a liberdade acontece no interior das relações de poder-saber, e esses sistemas que instauram os discursos não esgotam por completo as possibilidades de resistência, pois, “[...] no centro da relação de poder, ‘provocando-a’ sem cessar, existe a rebeldia do querer e a intransitividade da liberdade” (FOUCAULT, 1995, p. 244).

As mulheres, ao narrarem suas histórias, falam de modos de ser construídos dentro de molduras de papéis femininos naturalizados, a mãe, a cuidadora dos filhos e a responsável pelo trabalho doméstico. Ao mesmo tempo, encontram brechas para resistência para a situação de violência e outras vulnerabilidades, justamente nestes modos de existir. Dessa perspectiva, as práticas de resistência, assim como as relações de poder, são móveis, produtivas, inventivas. Não representam, no entanto, uma libertação em relação ao poder a partir de um lugar de exterioridade, visto que as práticas de resistência ocorrem ali mesmo onde há relações de poder (TEDESCHI; TEDESCHI, 2019).

A minha guria diz: ah (mãe), como tu tá calma. Eu digo: minha filha, eu quero viver, quero cuidar de vocês e cuidar dos pequeninho aí. Ele não me interessa mais, nunca mais um homem vai me humilhar nem em casa, nem em lugar nenhum, não vou deixar mais. E agora a gente vai viver né, não depende mais de fralda, não depende mais de nada, só dar o banho, cuidar, botar na escola, ensinar, que vai seguir em frente (Maria do Rosário).

(...) eu não tinha experiência, a única coisa que eu tinha na minha cabeça quando eu era criança que meu pai já batia na minha mãe. Então era normal eu apanhar também do meu marido, até então era assim até eu ter uns 22 anos, o que eu pensei: pô eu não quero isso pros meus filho, não quero ver a minha filha apanhando depois e ter que dizer que isso é... tem que ser assim porque eu via minha mãe, via minha mãe e vai ser assim...não! Então quando eu tinha 22 anos decidi me separar, mas eu já tinha cinco filhos. Então a minha nenê tinha 5 meses e o resto era tudo um atrás do outro, tudo pequenino. Mesmo assim eu pensei não vou ter que dar um basta, eu vou ter que me separar, que se não eles vão crescer assim também. Eles vão ser meus guri, vão saber, vão achar que eles podem bater e as gurias vão achar que elas têm que apanhar, então eu não queria isso ali para eles, não quero isso para eles agora. E eu decidi me separar foi bem difícil porque ele não queria deixar eu sair né, ele dizia para mim que eu só podia sair de casa se eu tivesse dentro de uma ambulância (Mirtes).

(A força) Vem deles, só deles (choro e suspiro). Quando o que ele (ex-marido) mais dizia assim que eu era um estorvo até pro meus filhos né? Eu pensei bah é verdade, eu acho que eu só estorvo meus filhos, não sou uma boa mãe. E daí que eu tentei tomar veneno pra mim. Tira a vida né? (choro). Mas não, agora eu vejo que não, que eu sou tudo para eles. Era ele que botava na minha cabeça. Os meus filho me ama, tá doido, meus guri tudo meu. Meus guri me abraçam, estão me abraçando e me dizendo que me ama sabe? Eu procuro está sempre ali com eles né (Isaltina).

(...) mas eu sempre digo pra todo mundo, eu não quero mais casamento na minha vida. Não quero mais homem, eu quero só criar meus filhos e ser feliz... a única coisa que eu quero na minha vida daqui pra frente. Tem pessoas que diz, mas tu é bonita, não me interessa ser bonita eu já passei muito com esse homem na minha vida, não quero mais passar mais agora, agora eu quero só daqui para frente poder ajudar e ser feliz e longe de esposo, deus me livre, é muito bom uma vida assim (Lia).

As reflexões de Foucault nos orientam a pensar a resistência como uma atitude ética, e não como uma descoberta de si que levaria a uma essência ou encontrar a “verdadeira” liberdade. A liberdade possível encontrada pelas mulheres que narram suas vidas a esta pesquisa está justamente em recusar as configurações que as colocariam cristalizadas na vulnerabilidade e presas nos ciclos de violência. É no embate ativo nas relações de poder que elas se abrem a uma nova ética que indique a invenção de novas formas de vida. Mais do que uma busca por liberdade, elas se constituem em práticas de liberdade¹⁵.

Foucault, em sua última fase, como apontam Chevitarese, Fonseca e Trajano (2018), nos revela que as formas de resistência dos indivíduos frente aos processos de subjetivação poderiam caminhar mais na direção de uma ética-estética da vida, ressignificando o sentido de “liberdade”. O cuidado de si pode ser compreendido como uma forma de resistência, uma forma de produzir-se diferenciadamente, criando novas formas de ser e de viver que

¹⁵ Conceito de práticas de liberdade e cuidado de si, assim como são entendidos por Foucault, em “A ética do cuidado de si como prática de liberdade” (2006).

inevitavelmente agem tensionando as relações de poder vigentes e se configurando como uma ação micropolítica.

O que é que me mantém, na verdade é que eu amo a vida. Às vezes eu chego a sorri sabe, que a gente tem só essa vida e eu adoro a vida sabe, eu quero viver. A isso sempre é um incentivo para mim sabe? Eu sempre penso assim para frente, eu sempre tenho fé, esperança né, essas coisas, que hoje está ruim amanhã vai estar melhor. Isso é uma coisa dentro de mim mesmo sabe? No fundo eu sempre penso né, hoje ainda chora amanhã sorri e, geralmente, comigo sempre acontece mais ou menos isso né, então eu sempre dou um jeito no outro dia em alguma coisa que eu achava que não ia dar né? (Shirley).

Ai, eu acho que a minha força vem de dentro de mim mesmo, dentro do meu coração. Sabe, olha eu vou te contar uma coisa, muitas vezes dava vontade até de ir pro mato se enforçar. Mas eu pensava assim, não, eu tenho meus filhos, tem tudo pela frente. Eu rezava, orava para Deus... Deus me dá força para seguir em frente porque não é fácil. Até logo eu pensava: mas também não é difícil, hoje eu passei por isso, mas amanhã vou passar por coisas bem melhores. Se hoje eu fui rejeitada naquele serviço lá, amanhã eu vou ser bem melhor em outro lugar e vou mostrar, e depois vou passar naquele serviço ... viu lá eles me deram sou bem melhor que isso. E sempre foi assim (Lia).

As mulheres que colocam em movimento suas histórias, criam, cada qual à sua maneira, modos singulares de existir. Essas mulheres que procuram escapar das amarras duras das violências e produzem modos de seguir adiante transformando a resistência em uma aprendizagem potente para suas vidas, criam existências possíveis. São, também elas, insubmissas ao destino.

É, eu sei lá, eu não me separei antes dele porque eu achava que eu não ia conseguir. Eu não ia conseguir. Mas como que eu não ia conseguir se eu sempre trabalhei né, sempre me mantive? Teve um momento que eu me... que eu vi, eu consigo... eu botei na minha cabeça eu consigo (Isaltina).

Sim, é daí é uma força que tu nem sabe que tem né, tu nem imagina que tu tem aquela força. E mais, agora onde tu para e fica pensando, aí não tem como né, aí tu vai sofrendo, sofrendo, eles vão batendo, batendo, batendo na mesma tecla toda vez né, e aquela teclinha até estragar e eles botam de novo...mas não, se tu vai descobrindo, vai né levantando uma força... eu no começo que nem eu te falei que ele ameaçava de tirar meus filhos, eu era muito fraca, muito fraca, eu tinha medo, eu chorava. Sabe, eu chorava, dizia assim: mas como esse cara vai tirar meus filho? Mas não... depois que veio uma força em mim, até um dia eu disse pra ele, tomara que meus filhos me perdoe porque eu vou contar para eles, 'tu quer levar teus filhos? Pode levar. Mas agora eu quero ver se tu vai cuidar deles que nem eu cuido' (Maria do Rosário).

Mas pelo menos não tinha aquela coisa né, de tá sendo ameaçado, de não poder dormir à noite, de chegar de madrugada uma pessoa incomodando. Não me respeitava como mulher que ter relação na hora que ele queria, como ele queria. Isso eu não tinha mais, eu tinha paz, um pouco de paz né? Só tinha quem me preocupa em sustentar meus filhos porque ele nunca ajudou né e eu nunca fui atrás então, eu trabalhava de dia para comer de noite. É complicado, mas graças a Deus,

se vai para pensar hoje né, consegui vencer, conseguir passar né e mostrar para eles... é difícil. Vou mostrar para eles (filhos) que eu, sei lá, para eles ter alguma experiência também né? (Mirtes).

A gente vai aprendendo. Porque de repente se tu for fraca tu vai ser continuar sofrendo, sofrendo, sofrendo, aonde que tu começa a crescer começa a enxergar tu vai te fortalecer né, e daí tu vai descobrir nas coisas da vida tu vai vendo, daí a gente vai olhando a notícia, vai olhando alguma coisa tu vai descobrindo né? Daí chega um ponto assim, demora, mas... ai eu sou capaz de fazer isso, eu sou capaz disso né? (Maria do Rosário).

As resistências, presentes nas narrativas, se fazem fundamentais para a criação de espaços outros para viver, pensar; espaços ainda não capturados pelos dispositivos de saber-poder. E a potência política das práticas de resistência que as mulheres desenvolvem tem a força de deslocar as relações, liberando a vida para que se organize cada vez mais em novas formas e com novas práticas. Resistir, nesse sentido, significa criar (TEDESCHI; TEDESCHI, 2019).

Mas teve um tempo para que eu fraquejei eu pensei: bah, eu não vou conseguir viver assim sabe, eu não vou conseguir. Mas daí depois eu levantei de novo cabeça. Eu vou conseguir, eu posso, eu quero eu vou conseguir. Que? eu não sou uma mulher de desistir não, sou? Eu nunca desisti, nunca. Deixa, eu vou fazer... vou estudar. Deus quiser quero voltar a estudar (Isaltina).

Ah, eu quero viver bastante, ficar bem velhinha. Cuidar, terminar de cuidar os filhos criar eles bem, se deus quiser uma faculdade vão fazer tudo, quero que ele realize os sonhos deles. E o meu maior sonho é construir uma casa assim de material que eles ficar junto comigo sabe? Junto assim oh pertinho de mim, mas eu só quero viver. Esses dias, quando as colegas brincando né disse, tem que arrumar um namorado, eu disse não. Agora, agora não, agora eu quero ficar sozinha vou cuidar de meus filhos, mais para frente quando tiver uma velhinha vou arrumar um companheiro pra não morrer sozinha (risos). Mas assim, agora eu só quero viver mesmo... trabalhar, cuidar das crianças. Seguir a minha vidinha (Maria do Rosário).

O meu futuro? Eu queria só um emprego e uma casa para morar dentro. Pra um dia, que Deus o livre, não sei até quando vou durar, que nem diz o ditado né, eu queria deixar meus filho dentro de uma casa né, principalmente os dois pequeno (Adelha).

Mas sempre foi o meu grande sonho ser assistente social e vou em nome de Jesus vou conseguir terminar, esse ano não dá, mas ano que vem vou, pra poder seguir a minha luta e é o meu sonho, eu sempre digo pros meus, até os meus 50, 60 anos vocês vão ver que a mãe vai fazer faculdade, vai se formar e vou ter antes de morrer ali carimbado que eu fui assistente social e ajudei muita gente. Que eu acho um trabalho muito lindo. Muito lindo (Lia).

Conhecer os movimentos de resistência, sobretudo das mulheres negras e pobres, em contextos de vulnerabilidade e, portanto, mais expostas às situações de violência, é

acompanhar o tensionamento das questões envolvendo seus corpos e a busca por uma vida digna de ser vivida, como proposta por Butler (2016), que destaca, ainda, a necessidade de viver contra a precariedade e lutar por uma vida boa, contudo, esta só será “uma vida vivida com outras pessoas, uma vida não é vida sem essas outras” (BUTLER, 2016, p. 38).

Foi daí que eu saí de faxina, fui trabalhar de doméstica. E daí terminei de doméstica fui pra safra. E lá nós trabalhava entre 2000 mulheres. Cada uma com uma história diferente cada uma com um sofrimento diferente, foi aonde o que eu coloquei na minha cabeça que eu queria estudar e sê assistente social para poder ajudar as pessoas de dentro da vila. Eu vejo cada coisa agora, eu estou na frente como o presidente do bairro da Vila né? Porque eu sempre penso assim, onde uma pensa, duas pensa, três pensa junto, a coisa anda melhor sabe? Aqui na Vila a gente vê muita criança na rua, muitos drogados, muita gente passando fome, eu sempre digo eu tenho graças a Deus esse meu serviço que Deus me deu, Deus me abençoou bem no dia do meu aniversário, faz seis anos que eu estou nesse serviço. Eu não ganho muito bem, mas eu ganho para sustentar meus filhos e sempre ter um prato de boia para quem precisar dentro da minha casa (Lia).

Ao se fazer ouvir em suas dores, gritos, conquistas e silêncios, as mulheres podem, por meio do cuidado de si e das práticas de resistência, contar outras histórias. Histórias que também sejam escritas por mulheres em sua liberdade de resistir. Que falem de suas subjetividades e que gritem seus modos de viver, de existir e de resistir neste apanhado de forças, como metaforiza Maria do Rosário:

Eu achei que o grito meu foi uma defesa minha sabe, foi aquela força que eu não tinha que eu achei no grito. E foi aonde eu me libertei... (Maria do Rosário).

3 DESCRIÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO

Entende-se por produto técnico o resultado palpável de uma atividade docente ou discente, que pode ser realizado de forma individual ou em grupo. Um produto técnico, no contexto do mestrado profissional, é algo que pode ser visto, lido ou tocado, apresentado como um cultivar ou ainda um conjunto de instruções de um método de trabalho (CAPES, 2019).

No desenvolvimento desta pesquisa-intervenção, buscou-se a construção de um produto técnico alinhado com a proposta fundamental aqui desenvolvida, ou seja, escutar a existência das mulheres em situação de vulnerabilidade e expostas à violência, e que, considerando a perspectiva da interseccionalidade das violências e opressões, pudesse se constituir como um instrumento que faz visíveis estas vidas, além de possível norteador das equipes da assistência social em suas ações de proteção. Para tanto, visando a criação de um produto enquanto objeto tangível, que apresente aplicação de novos conhecimentos desenvolvidos no âmbito da pesquisa na pós-graduação e que possa ser usado diretamente na solução de problemas na prestação de serviços à população, foi criada uma Base de Dados Técnico-Científica, a qual é descrita a seguir.

3.1 Base de dados Técnico-Científica

A Base de Dados Técnico-Científica, enquanto produto técnico, é definida como sendo “um conjunto de arquivos relacionados entre si com registros sobre pessoas, lugares ou coisas. São coleções organizadas de dados que se relacionam de forma a criar algum sentido (informação) e dar mais eficiência durante uma pesquisa ou estudo” (CAPES, 2019, p. 59).

A base de dados produzida está vinculada ao projeto de pesquisa intitulado: “Existência e Resistência: sobre mulheres e vulnerabilidades”, do qual resulta esse trabalho final, e faz parte da linha de pesquisa *Práticas Clínicas Contemporâneas, Políticas Públicas e Saúde Mental*, que abarca o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias clínicas voltadas para intervenções em contextos em que são implementadas políticas públicas no campo da saúde mental, elaboração de diagnósticos, ferramentas e intervenções em que os processos de saúde e de adoecimento se façam presentes.

Os dados estão disponíveis para acesso aberto à população no site *GeoSaúde*, site produzido e alimentado por pesquisadores e profissionais de diversas áreas da Universidade de Santa Cruz do Sul, com o objetivo de compartilhar conteúdo relativo aos campos de

abrangência científica dos *Grupos de Pesquisa Tecnologia, Educação e Segurança do Paciente – GTESP e Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos – PPIPS*, da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc.

O objetivo desta Base de Dados é levantar e sistematizar dados referentes à situação de vulnerabilidade social e exposição à violência de mulheres na cidade de Santa Cruz do Sul. O produto técnico, disponível no endereço <https://geosaudevrp.org/2021/10/23/perfil-de-casos-de-violencia-contr-a-mulher-notificados-na-cidade-de-santa-cruz-do-sul/> (GEOSAÚDE, 2020), possibilita articular diferentes dados referentes a violência de gênero no entrecruzamento com as questões relativas à raça e classe social, de modo a permitir compreender a interseccionalidade presente na dinâmica da violência contra a mulher e produzir possibilidades outras de enfrentamento desta realidade. Como fonte desta produção estão as informações contidas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, que apresentam os casos atendidos e notificados nos serviços de saúde da cidade de Santa Cruz do Sul entre os anos de 2011 e 2019. O SINAN foi escolhido por permitir acesso a informações como raça, escolaridade, tipo, local e autor da violência, já que em outros portais de acesso à informação, como os ligados ao Ministério da Cidadania e Secretaria de Segurança por exemplo, os dados sobre o perfil usuários assistidos, ou em situação de violência, não são disponibilizados.

A CAPES aponta alguns indicadores importantes para avaliar a produção técnica, entre eles, impacto, aplicabilidade, inovação e complexidade. A partir disto, entende-se que este produto técnico apresenta impacto a nível social uma vez que, ao levantar e reunir dados referentes à situação de vulnerabilidade social e exposição à violência de mulheres poderá, além de informar à população em geral sobre este contexto, produzir reflexões sobre a realidade atual, orientar a aplicação das políticas públicas de assistência social para os sujeitos em situação de vulnerabilidade, assim como outras ações que digam respeito à atenção direcionada a este público.

No que diz respeito à abrangência, esta produção possibilita alcançar dados pouco conhecidos ou não sistematizados, os quais podem orientar a atenção a mulheres em situação de vulnerabilidade na cidade de Santa Cruz do Sul. Além disso, considera-se que o produto apresenta potencial de replicabilidade, uma vez que esta sistemática poderá auxiliar no que diz respeito ao levantamento de dados sobre contextos de vulnerabilidade de outras populações e territórios, ampliando as possibilidades de ação das políticas assistenciais, de saúde e segurança.

Assinala-se que se trata de uma produção com média complexidade, já que resulta da combinação de conhecimentos pré-estabelecidos e estáveis nos diferentes atores. A demanda foi espontânea e o produto se mostra inovador ao sistematizar dados que não foram levantados ou se encontram dispersos, construindo e ampliando o olhar sobre os contextos de vulnerabilidade e as possibilidades de ação.

5 FAZENDO ECO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As vozes das mulheres não se limitam aos gritos de sofrimento, elas falam de vida, falam de inventividade, falam de resistência. São vozes-mulheres que lutam pelo protagonismo da própria história, pelo direito de narrar outras possibilidades de viver e, além disso, o direito de serem escutadas. Deste modo, esta pesquisa-intervenção reafirma seu compromisso ético e político em fazer eco para as vozes das mulheres, não em falar por elas ou para elas, mas em contribuir para a ampliação de suas potencialidades, ao mesmo tempo em que se alia na luta por romper com os silêncios que fortalecem as opressões e as violências presentes em suas vidas.

Ao acessar a vida presente nos contextos de vulnerabilidade, se faz imprescindível compreender a interseccionalidade e as experiências diversas que constroem os modos de ser mulher. Ainda que esta análise proponha diálogos e conexões entre as experiências e os modos de ser das mulheres, de nenhuma forma se espera traçar um caminho universal de resistência ou de enfrentamento da vulnerabilidade ou das violências. Do contrário, a busca foi por tensionar os nós para compreender as linhas que tecem uma experiência de ser mulher nestes contextos.

Sobre as linhas das quais somos feitos, indivíduos ou grupos, Deleuze e Parnet (1998) dividem em pelo menos três tipos: as linhas da segmentaridade dura ou molares, já instituídas, as linhas da segmentaridade flexível ou moleculares, das forças instituintes, e um terceiro tipo, que são as linhas de fuga. As linhas duras resultam, neste contexto, na produção de subjetividades centradas nas premissas de feminino e masculino como lugares rígidos, em um instituído que está presente em todo campo social, nos corpos e nas relações, e que também determina o ser mulher.

No entanto, se por um lado o plano molar traça a composição das mulheres em situação de violência, frágeis e submissas, isoladas socialmente, incapazes de falar em voz própria e impotentes frente à vida, por outro, o plano molecular, fala das intensidades mobilizadas nas mulheres, um plano que permite às linhas se quebrarem, se curvarem e se conectarem de modos diferentes.

Ao participarem desta pesquisa, as mulheres apresentam seus processos, em um vir a ser que indica um movimento, uma criação em si mesmas, um *devoir mulher* com a potência de desnaturalizar práticas discursivas ou, ainda, os processos rígidos que compõem, junto com as normas de regulação, reiteradas formas de manter e aprisionar as formas de existir no mundo. O *devoir mulher*, neste sentido, tensiona o emaranhado de linhas molares que subjuga e

encarcera o corpo feminino em padrões e opressões sociais e raciais, para então formar novos territórios, em que linhas flexíveis ou de fuga conduzam para uma construção de si que invente novas formas de ser mulher, esposa e mãe, não engessadas em modelos padronizados. Um *devenir mulher* que componha em movimentos de abertura. E nesta abertura é possível acessar “um devir-mulher que não se confunde com as mulheres, com seu passado e seu futuro, e é preciso que as mulheres entrem nesse devir para sair de seu passado e de seu futuro, de sua história” (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 10).

Nas narrativas das mulheres são visíveis as impermanências do caminho que as possibilitam mudar ao longo de suas vidas as formas de ver e ser no mundo. Isso nos leva a ver nas histórias das mulheres toda sua capacidade inventiva e de resistência, que não se conformam completamente aos modos de ser cristalizados nos discursos sobre o feminino; ao contrário, elas escapam. E gritam, como o fez Clarice Lispector em seu dizer poético:

Há muito já não sou gente. Quiseram que eu fosse um objeto. Sou um objeto. Objeto sujo de sangue. Sou um objeto que cria outros objetos e a máquina que cria a nós todos. Ela exige. O mecanicismo exige e exige a minha vida. Mas eu não obedeco totalmente: se tenho que ser um objeto, que seja um objeto que grita. Há uma coisa dentro de mim que dói. Ah como dói e como grita pedindo socorro. Mas faltam lágrimas na máquina que sou. Sou um objeto sem destino. Sou um objeto nas mãos de quem? Tal é o meu destino humano. O que me salva é o grito. Eu protesto em nome do que está dentro do objeto atrás do atrás do pensamento-sentimento. Sou um objeto urgente (LISPECTOR, 1980, p. 37).

E, se não há exterioridade ao poder, como nos ensinou Foucault, o que as mulheres fazem é produzir linhas de fuga no próprio espaço controlado e normalizado, criando saídas para (re)existir. As suas resistências são, portanto, um gesto político que, do interior das relações de poder, nascem como potência de criação. Sendo assim, o trabalho nos contextos de violência, como apontam Passos e Lara (2021), deve estar atento às rupturas que podem surgir, às linhas de fuga que as mulheres podem criar, que desterritorializam qualquer lugar pronto e fixo, ultrapassando o que esperamos nestes cenários.

Nesta perspectiva, ao considerar uma escuta às mulheres há de se deslocar de uma prática psicológica centrada no indivíduo, para compor com outros saberes em uma dimensão psicossocial, de maneira a tensionar os discursos que normatizam e regulamentam as experiências das mulheres em vulnerabilidade social, principalmente diante das violências e das questões de gênero, raça e classe. No contexto das políticas públicas e das práticas psicológicas, a perspectiva da interseccionalidade auxilia na compreensão de como as desigualdades sociais são vividas pelos sujeitos e como os serviços operam diante de situações em que há múltiplas opressões entrecruzadas.

Dessa forma, ao compreendermos que nossa escuta precisa estar em constante análise no que tange aos efeitos do entrecruzamento de opressões, que fazem com que os sujeitos vivenciem situações semelhantes de modos muito diferentes, podemos então transpor àquilo que nossos privilégios por vezes não conseguem escutar, principalmente acerca dos impactos do racismo estrutural nos corpos das mulheres negras, por exemplo, que por vezes seguem invisibilizados (SPERANDIR *et al.*, 2021).

O conceito de interseccionalidade provoca reflexões que podem ser aliadas das políticas públicas, em especial as políticas de Proteção Social Básica, ao ampliar as discussões sobre como as formas de dominação e as desigualdades sociais impactam as vidas das mulheres em situação de vulnerabilidade e expostas à violência. Desta maneira, amplia-se o entendimento do contexto social e questionam-se os modelos de escuta que possam seguir estigmatizando e afirmando lugares cristalizados nas performances de gênero, bem como silenciando as desigualdades produzidas pela lógica racista.

Ao cartografar as existências femininas foi possível acessar as singularidades e as diferenças, em um pesquisar-intervir que, ao se colocar *entre*, busca produzir uma narratividade que apresente o resultado de um coletivo de forças, e não apenas o olhar desta pesquisadora sobre a realidade observada. Pesquisa e intervenção se fizeram, desta forma, dois planos de um mesmo processo, visto que a cartografia discute a indissociabilidade entre o conhecimento e a transformação tanto da realidade quanto do pesquisador. A pesquisa se deu na experiência, no acontecimento, na intervenção e, por isso, a pesquisadora e as pesquisadas são afetadas (PASSOS; BARROS, 2010).

Assim, entendo que os movimentos produzidos no pesquisar-intervir não se encerram com a pausa desta escrita: as vozes e o encontro da pesquisa seguem reverberando, nos serviços, na pesquisadora, na vida das mulheres. Os encontros de devolução da pesquisa¹⁶, tanto com os técnicos quanto com as mulheres, mostram que as vozes, entre falas, gritos e silêncios, continuam criando, produzindo outros acordes, alterando tonalidades. As vozes que denunciam as desigualdades e as violências também fazem poesia, em um movimento contínuo das ondas sonoras que produzem as existências e os contatos. Não se encerram também os movimentos de escuta em uma rede que se implica em produzir novos arranjos e

¹⁶ Os encontros de devolução da pesquisa aconteceram nos dias 20 de outubro com a equipe do Centro Social Marista e 27 de outubro com a equipe de técnicos do CRAS, onde foram apresentados e discutidos os dados produzidos na pesquisa e o produto técnico. A devolutiva com as mulheres participantes das entrevistas aconteceu no dia 27 de outubro, onde, reunidas em grupo, refletiu-se sobre a temática da violência, além de pensar juntas sobre espaços de apoio e suporte para mulheres que entendem atuantes e acessíveis no território. No Anexo B, está a produção realizada em grupo pelas mulheres.

que possam, a partir destes movimentos, escutar as mulheres na pluralidade de suas vozes, compreendendo os desafios que se fazem presentes nesta escuta.

Para não permitir cessar os movimentos todos produzidos na pesquisa e vibrar a potência dos encontros produzidos, pauso com a escrita tomada pelas palavras de Deleuze e Guattari:

É certamente indispensável que as mulheres levem a cabo uma política molar, em função de uma conquista que elas operam de seu próprio organismo, de sua própria história, de sua própria subjetividade: “Nós, enquanto mulheres...” (...) capazes de percorrer e de impregnar todo um campo social, e de contaminar os homens, de tomá-los num devir. Partículas muito suaves, mas também duras e obstinadas, irreduzíveis, indomáveis (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 60).

REFERÊNCIAS

- AMADOR, F. S.; LAZZAROTTO, G. D. R.; SANTOS, N. I. S. Pesquisar-agir, pesquisar-intervir, pesquisar-interferir. *Rev. polis psique*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 228-248, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/58180>. Acesso em: 14 out. 2021.
- AZEREDO, V. G. Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 103, p. 576-590, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ytN3F4Y7zJIG7rn5NBbkHdG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.
- BARBOSA, J. P. M. *et al.* Interseccionalidade e violência contra as mulheres em tempos de pandemia de covid-19: diálogos e possibilidades. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/qKZv8sc885rpsqDhwV5YJpF/>. Acesso em: 14 out. 2021.
- BARBOSA, L. B.; DIMENSTEIN, M.; LEITE, J. F. Mulheres, violência e atenção em saúde mental: questões para (re)pensar o acolhimento no cotidiano dos serviços. *Av. Psicol. Latinoam.*, Bogotá, v. 32, n. 2, p. 309-320, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-47242014000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 out. 2021.
- BARROS, L. M. R. de, BARROS, M. E. B. de. O problema da análise em pesquisa cartográfica. *Fractal: Rev. Psicol.*, Niterói, v. 25, n. 2, p. 373-390, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/Hs8c7HWZpMkjNX6Z75LkYHq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.
- BARROS, R. B. de.; KASTRUP, V. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. *In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.* Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 52-75.
- BARROS, R. B.; PASSOS, E. A. Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 71-79, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/L7rpp3DHD4n8xsRdLVQkjTF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.
- BOCCO, F. *Cartografias da infração juvenil.* 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- BRASIL. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 14 out. 2021.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004).* Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BUTLER, J. *Corpos em Aliança e a Política das Ruas: Notas Sobre Uma Teoria Performativa de Assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. Corpos que ainda importam. In: COLLING, L. (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: Edufba, 2016. p. 19-42.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. Regulações de gênero. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Tp6y8yyyGcpfdbzYmrc4cZs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

CANDIOTTO, C. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. *Filosofia Unisinos*, São Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 33-43, jan./abr. 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/4632/1856>. Acesso em: 14 out. 2021.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS – CREPOP. *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília: CREPOP, 2008.

CENTRO SOCIAL MARISTA BOA ESPERANÇA. Quem somos. *Rede Marista*, Santa Cruz do Sul, [20--?]. Disponível em: <https://social.redemarista.org.br/centro/boa-esperanca/sobre>. Acesso em: 25 out. 2021.

CHEVITARESE, L.; FONSECA, V.; TRAJANO, L. Desconstrução de Identidades de Gênero: uma leitura foucaultiana sobre as formas de resistência como práticas de liberdade. *Revista Latinoamericana do Colégio Internacional de Filosofia*, [s.l.], n. 2, p. 87-110, 2017. Disponível em: <http://www.revistalatinamericana-ciph.org/wp-content/uploads/2017/07/RLCIF-2-Deconstruc%CC%A7ao.pdf>. Acesso em: 14 out. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Campanha Sinal Vermelho. *CNJ*, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/violencia-contra-a-mulher/campanha-sinal-vermelho/>. Acesso em: 14 out. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. *Produção Técnica - Relatório de grupo de trabalho*. Brasília: CAPES, 2019.

COSTA, H. S. Poder e Violência no pensamento de Michel Foucault. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 153-170, 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/16152>. Acesso em: 14 out. 2021.

COSTA, S. A. da. *Memórias do Diário de Campo*. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 2021. 1 diário de bordo.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

CRUZ, L.; GUARESCHI, N. M. Articulações entre Psicologia Social e as políticas públicas na Assistência Social. In: CRUZ, L.; GUARESCHI, N. M. (org.). *O Psicólogo e as Políticas Públicas de Assistência Social*. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 15-34.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. *Conversações 1972-1990*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1997.

DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

ESCÓSSIA, L.; TEDESCO, S. O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 92-108.

EVARISTO, C. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, C. Nos gritos D'Oxum quero entrelaçar minha escrevivência. In: DUARTE, C. L. et al. (org.). *Arquivos femininos: literatura, valores, sentidos*. Florianópolis: Mulheres. 2014. p. 25-33.

FISCHER, R. M. B. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/88GzhyjNGG9pLt6NQchCf3j/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

FONTINELE, T. P.; COSTA, M. J. de A. A normatização do corpo feminino e os modos de subjetivação na contemporaneidade. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 19, n. 3, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/e9739>. Acesso em: 14 out. 2021.

FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 264-287.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica, para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995. p. 348.

FOUCAULT, M. Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. In: MOTTA, M. B. da. *Ditos & Escritos – Volume I*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. p. 133-151.

FOUCAULT, Michel. *Os Anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GEOSAÚDE. [Site oficial]. *GeoSaúde*, Santa Cruz do Sul, 2020. Disponível em: <https://geosaudevrp.org/>. Acesso em: 14 out. 2021.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na sociedade brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, n. 2, p. 223-244, 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

GUARESCHI, N. M. F. *et al.* Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 7, n. 1, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000100003. Acesso em: 14 out. 2021.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HÜNING, S.; GUARESCHI, N. Problematizações das práticas psi: Articulações com o pensamento foucaultiano. *Athenea Digital*, Barcelona, n. 8, 95-108, 2005. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Athenea/article/view/39156>. Acesso em: 14 out. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros*. Brasília: IPEA, 2015. *E-book*. 79 p. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf. Acesso em: 14 out. 2021.

LIMA, F. A. *Territórios de vulnerabilidade social: construção metodológica e aplicação em Uberlândia-MG*. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

- LISPECTOR, C. *A Cidade Sitiada*. 8. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998a.
- LISPECTOR, C. *A Hora da Estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- LISPECTOR, C. *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- LISPECTOR, C. *Água Viva*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998b.
- LISPECTOR, C. *Há muito já não sou gente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1980.
- MANSANO, S. R. V. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. *Rev. Psicologia UNESP*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 110-117, dez./jan. 2009. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/946>. Acesso em: 14 out. 2021.
- MARCELLO, F. A. O Conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. *Educação e Realidade*. 29(1), p. 199-213, jan/jun 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25426>. Acesso em: 14 out. 2021.
- MATTOS, Z. S. “Bárbara, não vá criar confusão”: Silêncios e Silenciamentos nas Relações de Gênero. In: MATTOS, Z. S. *Diversidade sexual e de gênero na educação*. Juiz de Fora: Fapeb/Editora UFJF, 2013. p. 97-112.
- MENEGHEL, S. *et al.* Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 743-752, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/8RYLBXBr4zpt4GNN7FwS7Jc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.
- MEYER, D. E. Corpo, violência e educação: Uma abordagem de gênero. In: JUNQUEIRA, R. (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Editora MEC/Unesco, 2009. p. 213-233.
- NARDI, H. C.; SILVA, R. N. Ética e subjetivação: as técnicas de si e os jogos de verdade contemporâneos. In: GUARESCHI, N. HÜNING, S. M. (org.). *Foucault e a Psicologia*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. p. 169-179.
- OLIVEIRA, P. K.; HILLESHEIM, B. Dançar para sair do lugar: a produção de lugares perigosos. *Psicologia e Sociedade*, n. 31, p. 1-15. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Cy4YN8MZ34BhTrc86d4BJPs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.
- PASSOS, E.; BARROS, R. B. A Cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 92-108.
- PASSOS, P.; LARA, L. Vida afirmativa na dor: as potencialidades de mulheres em situação de violência e o devir mulher. In: CRUZ, L. R.; HILLESHEIM, B.; EICHHERR, L. M. (org.). *Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar*. Porto Alegre: Abrapso, 2021. p. 245-263.

PAULO, P. P. Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa. *G1*, São Paulo, 07 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 14 out. 2021.

PORTAL GELEDÉS. E não sou uma mulher? – Sojourner Truth. *Portal Geledés*, São Paulo, 08 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 14 out. 2021.

RAGO, M. Foucault, os feminismos e o paradoxo dos direitos. *doisPontos*., Curitiba, v. 14, n. 1, p. 229-241, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/56548>. Acesso em: 14 out. 2021.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento - Feminismos plurais, 2017.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia Ciência Profissão*, Brasília, v. 23, n. 4, p. 64-73, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XdM8zW9X3HqHpS8ZwBVxpYN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

SAGOT, M. *La ruta crítica que siguen las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en America Latina*. Washington: OPAS, 2000.

SARAIVA, A., NEVES, C. S. das. De Patricia Williams a Patricia Collins: Raça, Crítica E Feminismo. *Rev. Direito e Práx.*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1169-1202, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/5kr53CqB3Qg5WRwpHghk6Dd/>. Acesso em: 14 out. 2021.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 14 out. 2021.

SILVA, A. L. dos S.; MEYER, D. E.; RIEGEL, R. P. Gênero, mulher, crime e violência. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 59, n. 59, 19 jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/24637>. Acesso em: 14 out. 2021.

SILVEIRA, R. da S.; NARDI, H. C.; SPINDLER, G. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 323-334, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a09v26n2>. Acesso em: 14 out. 2021.

SPERANDIR, P. A. *et al.* Ensaio sobre interseccionalidades: tensões entre psicologia, pesquisa e branquitude. In: CRUZ, L. R.; HILLESHEIM, B.; EICHHERR, L. M. *Interrogações às políticas públicas: sobre travessias e tessituras do pesquisar*. Porto Alegre: Abrapso, 2021. p. 73-91.

SWAIN, T. N. Entre a vida e a morte, o sexo. *Revista Labrys Estudos Feministas*, [s.l.], 2006. Disponível em:

<http://www.tanianavarroswain.com.br/chapitres/brazil/entre%20a%20vida%20e%20a%20mor%20te.htm>. Acesso em: 14 out. 2021.

TEDESCHI, L. A.; TEDESCHI, S. L. A história das mulheres (séc. XX – XXI): entre poder, resistência e subjetivação. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 508-529, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180311262019508>. Acesso em: 14 out. 2021.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. *Fractal: Rev. Psicol.*, Niterói, v. 25, n. 2, p. 299-322, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/ZHyYWDpHhdhFg4RK9ggfPpD/?lang=pt>. Acesso em: 14 out. 2021.

TOROSSIAN, S. D.; RIVERO, N. E. Políticas Públicas e modos de viver – A produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. In: CRUZ, L.; GUARESCHI, N. M. (org.). *Políticas Públicas e Assistência Social: Diálogos com as Práticas Psicológicas*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 56-69.

VAITSMAN, J.; ANDRADE, G. R. B.; FARIAS, L. O. Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 731-741, jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300009. Acesso em: 14 out. 2021.

VIESSERI, B. Máscara Roxa: campanha de denúncia de violência contra a mulher em farmácias tem 88 registros e duas prisões. *GZH*, Porto Alegre, 09 abr. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2021/04/mascara-roxa-campanha-de-denuncia-de-violencia-contr-a-mulher-em-farmacias-tem-88-registros-e-duas-priso-es-ckn9mztcs00930198lapgr7y.html>. Acesso em: 14 out. 2021.

VON DENTZ, M.; FROEMMING, P. Violências contra a mulher e a atuação do Serviço Social: Elementos para uma reflexão crítica. In: RITT, C. F.; RITT, E. (org.). *Violência doméstica contra as mulheres: uma necessária reflexão sobre suas causas e efeitos, bem como as formas de seu enfrentamento*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2020. p. 131-147.

ZANELLO, V. A saúde mental sob o viés de gênero: uma releitura gendrada da epidemiologia, da semiologia e da interpretação diagnóstica. In: ZANELLO, V.; ANDRADE, A. P. M. (org.). *Saúde Mental e Gênero - Diálogos, Práticas e Interdisciplinaridade*. Curitiba: Appris. 2014. p. 41-58.

ZANELLO, V. Mulheres e loucura: questões de gênero para a psicologia clínica. In: ZANELLO, V. et al. (org.). *Gênero e feminismos: convergências (in) disciplinares*. Brasília: ExLibris, 2010. p. 307-320.

ZANELLO, V.; SILVA, R. M. Saúde Mental, Gênero e Violência Estrutural. *Bioética*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 267-279, 2012. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/745/776. Acesso em: 14 out. 2021.

ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TÍTULO DO PROJETO: “Existência e Resistência: sobre mulheres e vulnerabilidades”

Prezado senhor/Prezada senhora

O/A senhor/a está sendo convidado/a para participar como voluntário do projeto de pesquisa intitulado “**Existência e Resistência: sobre mulheres e vulnerabilidades**”. Esse projeto é desenvolvido por estudantes e professores do Curso de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, e é importante porque pretende analisar quais as formas de existência e resistência se constroem frente as questões de classe, gênero e/ ou raça. Para que isso se concretize, o senhor/a será contatado/a pela pesquisadora para participar de uma entrevista individual para produção de dados. Nessa condição, é possível que alguns desconfortos aconteçam, como é o caso, por exemplo, se algum participante não se sentir confortável em partilhar suas vivências. Por outro lado, se o senhor/a aceitar participar dessa pesquisa, benefícios futuros para a área da assistência social poderão acontecer, tais como: propostas de melhorias no acolhimento e acompanhamento das mulheres em situação de vulnerabilidade atendidas, qualificando também a atuação dos profissionais. Para participar dessa pesquisa o senhor/a não terá nenhuma despesa com transporte, alimentação, exames, materiais a serem utilizados ou despesas de qualquer natureza.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____ declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado/a, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa e dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados. Ademais, declaro que, quando for o caso, autorizo a utilização de minha imagem e voz de forma gratuita pelo pesquisador, em quaisquer meios de comunicação, para fins de publicação e divulgação da pesquisa, desde que eu não possa ser identificado através desses instrumentos (imagem e voz).

Fui, igualmente, informado/a:

- a) da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- b) da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- c) da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- d) do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;
- e) da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa; e,
- f) de que se existirem gastos para minha participação nessa pesquisa, esses serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O pesquisador responsável por este Projeto de Pesquisa é Sheryl Andreatta da Costa – (51) 98160-1729.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

O Comitê de Ética em Pesquisa responsável pela apreciação do projeto pode ser consultado, para fins de esclarecimento, através do telefone: (051) 3717- 7680.

Local: _____

Data __ / __ / ____

Nome e assinatura do Voluntário

Nome e assinatura do responsável pela
apresentação deste Termo de Consentimento

ANEXO B - Registro encontro de Devolução